



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- 24 de fevereiro de 2018 -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, bom dia.

Vamos começar por dar início a esta Assembleia, iniciando com a tomada de posse de três elementos.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Ora, então, passo a ler o termo de posse:

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade do Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuel Fernando da Costa Vieira, portador do Cartão de Cidadão n.º 029759005ZY7, válido até 14.07.2019, e NIF 154724980, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal, para preenchimento da vaga temporária do membro ausente, César Baltasar Pereira Fernandes, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento e na sequência de comunicação do ausente por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, e de acordo com a lista do Partido Socialista, conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo ter prestado juramento legal, declarou-o instalado como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta, vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

Chamo, então, o Sr. Manuel Fernando da Costa Vieira para tomar posse, se faz favor.

--- Manuel Vieira (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade do Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do Cartão de Cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, e NIF 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal, para preenchimento da vaga temporária do membro ausente, Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento e na sequência de comunicação da ausente por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, e de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta, vai ser assinado por todos os que nele



intervieram, e que eu, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Ato de posse de substituto legal:

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade do Marco de Canaveses, estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, perante mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, compareceu a Sra. Susana Raquel Vieira Pereira, Tesoureira da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, portadora do Cartão de Cidadão n.º 125214014ZZ4, válido até 01.05.2021, e NIF 229281702, que fazia parte das listas do Partido Socialista nas eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro de 2017, e que face ao pedido de justificação de falta apresentado pelo Sr. José Leitão do Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, candidato pela mesma lista, foi indicada como sua substituta legal nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando assim posse como substituta legal nas faltas e impedimentos do Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo. Verificada a legitimidade da mesma e a sua identidade, o Presidente da Assembleia, depois de prestado juramento legal, considerou-a investida nas respetivas funções. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata de posse, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pela empossada e por mim, Bruno Daniel Sousa Caetano, que a redigi.

--- Susana Pereira (Substituta legal do Presidente J.F. Penha Longa e Paços de Gaiolo, PS) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, passamos de seguida à aprovação da ata da última sessão. Quem vota contra? Quem se abstém? Os membros substitutos que tomaram posse hoje, obviamente que não podem votar a ata. Estamos a falar da Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, do Sr. Manuel Fernando da Costa Vieira, do Sr. Domingos Manuel Soares Dias, e do Sr. José Leitão do Couto – neste caso, o substituto legal não pode votar a ata. Quem vota a favor? A ata foi aprovada, por trinta e dois (32) votos a favor, e um (1) voto contra.

Está aberto o período de inscrições relativo ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Quer falar da ata? Sra. Deputada, faça favor.

--- Célia Monteiro da Costa (PPD/PSD) ---



Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Deputados e Sra. Presidente da Câmara.

Serve para informar que irei apresentar uma declaração de voto relativamente ao meu voto contra para a ata.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu depreendi das suas palavras que vai apresentar o voto por escrito, no final. Muito obrigado.

Passamos às inscrições do **Ponto n.º 1.2** da ordem de trabalhos. Srs. Deputados, temos onze pessoas inscritas para usar da palavra. O tempo é aquele que os Srs. Deputados conhecem. Pedia que respeitassem os tempos, porque será ótimo para que os trabalhos decorram com a devida celeridade. Muito obrigado.

Eu peço que venha usar da palavra o Sr. Deputado Fernando da Costa Vieira.

--- Manuel Vieira (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Mesa, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores:

Sra. Presidente, duas obras emblemáticas, construídas com dinheiros públicos, concluíram-se já há algum tempo – isto é, durante o ano de 2017 (o ano passado) – e inexplicavelmente esses edifícios continuam fechados; nunca foram abertos, nunca tiveram qualquer tipo de utilização. Refiro-me concretamente ao novo edifício da Cruz Vermelha de Alpendorada e à nova casa mortuária, também de Alpendorada. Se no caso do edifício da Cruz Vermelha, onde a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a própria organização demoraram a entender-se quanto ao faseamento da obra, o que é facto é que passados tantos anos de obra, o edifício construído em terrenos da autarquia está finalmente pronto. Contudo, lamenta-se que funcionários e população em geral continuem a usufruir de péssimas condições, quando ao lado existe um verdadeiro “Ferrari” parado.

No que se refere à casa mortuária, concretizou-se um sonho antigo da comunidade, que vê nesta obra a dignificação de um ato sublime da despedida dos seus. No entanto, não se compreende que esta obra, onde a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia investiram cerca de noventa mil euros (90.000€), esteja concluída já há alguns meses e não possa ainda ser utilizada. Questiono a Sra. Presidente o que faz esta demora em dar uso a estes dois investimentos – existe algum entrave de índole legal, se é um facto de ordem de gestão, ou se existem outros motivos que a Sra. Presidente possa esclarecer.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Vou, então, recapitular: estão inscritos Manuel Fernando da Costa Vieira, depois o Dr. Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, o Gil Fernando Mendes Rodrigues, a Sra. Maria José Pinto



Cerqueira, o deputado Luís Carlos Soares Vieira, o Presidente de Junta, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, o deputado Mário Luís da Silva Monteiro, o Presidente de Junta, Fernando Joaquim Teixeira Monteiro, a deputada Susana Maria Machado Loureiro, o Presidente de Junta, Miguel João Teixeira Carneiro, e por fim, o deputado Bruno Sérgio Moreira Caetano. Falta alguém? Foi por lapso, peço desculpa.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abílio Ferraz, que foi Presidente da Junta de Magrelos. O texto seria este:

“Considerando que no passado dia 10 de fevereiro de 2018 faleceu o Sr. Abílio Carneiro Ferraz, que foi, ao longo de vários mandatos, Presidente da Junta de Freguesia de Magrelos e membro desta Assembleia Municipal, com grande dedicação à causa pública;

Propõe-se que esta Assembleia Municipal aprove um voto de pesar pelo seu falecimento, a ser transmitido à família enlutada.

Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018”

Como proponentes aparecem os líderes municipais.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao deputado Gil Fernando Mendes Rodrigues.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Exma. Mesa, Exmos. Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, Marcoenses:

Isto parece-me um *déjà vu*, porque vocês devem estar a pensar que vou falar outra vez nas Águas do Marco, e vou mesmo. Não vou perguntar como é que está o pré-acordo, acho que não há necessidade de fazer isso. Vou falar de um caso muito particular, porque fui notificado para o pagamento de uma ligação de saneamento, na ordem dos setecentos euros (700€), ligação essa que foi feita em 2004. Desloquei-me às Águas do Marco para perceber claramente de que era o pagamento, e então, disseram-me que era da ligação, que foi feita em 2004, e para eu verificar nos serviços da Câmara Municipal se existia comprovativo de pagamento. Dirigi-me aos serviços da secretaria, e no livro de notas existe lá o pagamento efetuado dessa ligação, em 2004. Passado algum tempo, recebo outra notificação de um escritório de advogados, para que efetuasse o pagamento, senão iriam proceder a injunção, e por isso, a penhora. Eu respondi à carta que me enviaram por *e-mail*, e solicitei o comprovativo da dívida – porque tem que haver um documento que comprove a dívida existente – e informei que me teria deslocado à Câmara Municipal a pedir a certidão do comprovativo de pagamento. Enviaram-me uma fatura das Águas do Marco – que eu tenho aqui – com a data de abril de 2017.

E então, o que eu pergunto é isto: será que as Águas do Marco conseguem emitir uma fatura de uma ligação de 2004 com a data de 2017? Pelo básico que eu sei de contabilidade, nós temos cinco dias para passar uma fatura após uma prestação de serviço, e acho que já passaram treze anos sobre a prestação de serviços em causa. Será possível que as Águas do Marco tenham uma lei diferente em termos de contabilidade, e que possam faturar treze anos depois?



É isto que me traz cá, e é um aviso também aos Marcoenses que recebem as notificações para pagamento de ligação, que devem contactar profissionais da área do direito que os informem se têm, ou não, obrigação de pagar. Quando, de facto, nós solicitamos um serviço, ou nos é prestado um serviço, nós temos sempre o dever moral de efetuar o pagamento, mas nem sempre o dever moral é igual ao dever legal, porque há dívidas prescritas. E acho que os Marcoenses devem perceber, primeiro, se elas já prescreveram, devem perceber se já as pagaram – que é o meu caso, porque as ligações foram pagas em 2004, e nos livros da Câmara está escrito que elas foram pagas.

Outra coisa que também vem na fatura, que é outra situação que eu não sei se isto é possível, mas a fatura vem passada em nome do titular do contrato, é verdade, que faleceu há quarenta e tal anos, e que não tinha número de contribuinte. Como é que é possível emitir uma fatura sem número de contribuinte? Eu não sei se isto é legal. Mas, vou deixar um requerimento à Mesa, para que faça chegar ao Executivo da Câmara Municipal, para que se informe, ou tente averiguar se, de facto, há legalidade nestas faturas, e se, de facto, a empresa Águas do Marco está a proceder em conformidade com a Lei, porque se não estiver, está a prejudicar todos os Marcoenses.

É só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra à Sra. Deputada Maria José Pinto Cerqueira.

--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Alviada e Folhada, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Assembleia, Marcoenses:

Venho a esta Assembleia questionar a Sra. Presidente da Câmara sobre os acordos de execução, no que toca a cantoneiros e limpeza de vias. Gostaria de saber se estará para breve a limpeza das vias que até à data se encontram afetas, ou sob a alçada da Câmara. Refiro-me concretamente às vias da minha freguesia, e Estrada Municipal 570 e Estrada Municipal 101-5. Gostaria que me desse uma resposta relativamente ao ano civil em curso, porque até agora não sabemos se vão manter-se essas vias limpas pela Câmara, ou se terá que ser a Junta de Freguesia a fazer essa manutenção.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal, comunicação social, Marcoenses.

Tem-me chegado a conhecimento que têm existido várias situações anormais na gestão da atarquia, como a questão da falta de combustível para máquinas que são necessárias para a



realização de diversos trabalhos, falta de leite para os alunos em algumas escolas do concelho, entre outras coisas deste género. Eu gostaria de perguntar à Sra. Presidente se confirma aquilo que acabei de descrever, ou se são questões que aconteceram uma única vez, ou se têm, de facto, como nos têm descrito, acontecido várias vezes, porque a ser, isto só traduz uma má gestão, uma vez que o dinheiro felizmente não falta a esta Câmara.

Mudando de assunto, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados municipais, Marcoenses:

A questão das Águas do Marco foi um dos temas mais aprofundados e debatidos ao longo de toda a última campanha eleitoral aqui no Marco de Canaveses, sendo que na sua apresentação de candidatura, a Dra. Cristina Vieira, à data candidata à Câmara Municipal de Marco de Canaveses, disse terem já sido realizadas várias reuniões, da sua parte, com a empresa Águas do Marco, existindo até um pré-acordo para a resolução do diferendo com esta empresa e o Município de Marco de Canaveses.

Por outro lado, a atual Presidente da Câmara, aos microfones da Rádio Clube de Penafiel, garantiu que com o Partido Socialista na liderança da autarquia, iriam isentar de imediato os custos de ligação e de ramal aos Marcoenses.

É do conhecimento público que terão sido recentemente inauguradas as ETAR's de Maureles e de Fontambom, obras que muito orgulham os cidadãos de Vila Boa de Quires e Maureles, bem como de Alpendorada, Várzea e Torrão. Também orgulham, naturalmente, o PSD e todos os Marcoenses.

O Partido Social Democrata, à semelhança daquilo que tem sido a sua postura nesta Assembleia, prima pela transparência e seriedade. Contudo, é do conhecimento da nossa Bancada que a população continua a receber cartas com custos de ligação elevados – como ainda agora aqui assistimos – por parte da empresa Águas do Marco, ao arrepio daquilo que, de facto, fora prometido durante a campanha eleitoral pela agora Presidente da Câmara, Cristina Vieira.

O Partido Social Democrata sente-se, com tudo isto, na responsabilidade política de exigir ao Executivo Socialista da Câmara Municipal que faça jus às suas promessas, que honre a sua palavra, e que isente, não apenas os cidadãos de Vila Boa de Quires e Maureles e de Alpendorada, Várzea e Torrão, mas sim todos os Marcoenses, destes custos de ligação, que passados cerca de cento e vinte dias de mandato, continuam a ser uma realidade para todos aqueles que acreditaram naquilo que comunicou o Partido Socialista.

E por isso, Sr. Presidente da Mesa, Sra. Presidente de Câmara, o Grupo Municipal do PSD deixa aqui uma proposta de recomendação a ser votada nesta Assembleia, para que:

“Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses vem recomendar à Câmara Municipal do Marco de Canaveses que honre a sua promessa e promova a isenção de todos os custos de ligação e de ramal a todos os Marcoenses.”



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Secretário e Sra. Secretária, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, Dra. Cristina Vieira, Srs. Vereadores, Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, comunicação social e público lá em casa:

Queria referir-me aqui a algumas obras que já estão em curso na Freguesia do Marco, e para ter mais alguns esclarecimentos em relação às mesmas.

Queria que me informassem qual é o ponto de situação do estacionamento junto à estação dos caminhos de ferro, assim como de todo o arranjo envolvente daquela zona.

Queria também saber, por parte da Sra. Presidente de Câmara, para quando está a retificação do piso da cidade, uma vez que já há muitos anos vem a prejudicar os nossos comerciantes aqui do centro da cidade.

E queria também agradecer o facto de terem feito uma visita, juntamente com a Junta de Freguesia, à Capela de S. Lázaro, em S. Nicolau, uma vez que já existia um *dossier* há cerca de dois anos com um parecer favorável da DRCN e da Rota do Românico, e nada tinha sido feito. E uma vez que aquela zona estava – como se faz o evento do Mercado Medieval, e não oferecia qualquer tipo de segurança para as pessoas que frequentavam aquela zona. Já tive por parte do Executivo da Câmara a garantia de que vão ser levadas a cabo a muito curto prazo de tempo. E uma vez mais, agradecer o facto de, realmente, terem olhado para aquela situação, que punha as pessoas que gostam daquela zona em perigo.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Membros da Mesa, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, caras e caros Marcoenses:

Queria aqui dar algumas notas, se me permitem. Começava essencialmente por duas associações – e também para aqueles mais distraídos, porque algumas destas coisas foram noticiadas – duas associações que, naturalmente, me são um pouco mais queridas – não quer dizer que não preste atenção também às outras – de uma delas fui fundador, de outra foi fundador ali o Sr. Deputado Joaquim Monteiro da Rocha. Recordar que foi realizada recentemente a 2.^a Gala da ARCA, uma associação que tem promovido o desporto na vertente feminina, e também na vertente masculina, mas penso que muito importante a promoção do andebol no nosso concelho. E aqui, naturalmente, congratular-me com a perspetiva de poderem vir a usufruir de melhores condições com a construção de um pavilhão, que esperemos que venha, de facto, a ser concretizado.



Também dar nota da realização do controlo de velocidade da Associação de Canoagem do Norte, pela primeira vez no nosso concelho, que normalmente é realizado em Montemor-o-Velho. A Associação de Canoagem do Norte, que está apostada em vir para o norte, porque tem necessidade de utilizar o centro do país, e naturalmente, isto também já preparando uma grande prova que se vai realizar em 24 de março, de âmbito nacional. E aqui, congratular-me, naturalmente, com a notícia de que está a ser preparada a candidatura ao Centro Náutico, à pista de canoagem, à ecopista, para valorizar ainda mais aquela zona, que já é muito bonita, do parque de lazer, e ainda bem que em tempos se fizeram aquelas obras, e se fez aquela remodelação. Penso que isto será um investimento que ultrapassa os limites de uma associação; é um investimento de nível concelhio, é um investimento de nível regional norte, e diria mesmo, até nacional.

Também dar nota da presença – neste momento, provavelmente em competição – de doze alunos do Agrupamento de Escolas de Alpendorada no Corta-Mato Nacional, que está a realizar-se no Algarve, em Albufeira, infelizmente com menos festa, porque tiveram que cancelar todas as cerimónias em virtude do falecimento do Sr. Presidente da Câmara.

Também dar nota, e congratular-me por isso, nós próprios aqui no passado fizemos algumas iniciativas no que diz respeito ao problema da Escola Secundária de Alpendorada, e finalmente, após vários anos, as obras estão iniciadas.

Aproveitava só para fazer aqui dois ou três apelos. Um deles – e já que estava a falar também do Tâmega, do parque de lazer, eu penso que seria necessário ponderar um pouco sobre a situação, porque no verão as pessoas não resistem a ir para a água, e já lá morreram afogadas algumas pessoas. O mínimo que eu peço, para já, é que seja colocada lá uma placa mais convincente, porque está lá apenas uma placa com letras pequeninas, que diz “banho desaconselhável”, qualquer coisa assim do género, e eu penso que ali deve estar uma placa que diga mesmo que é perigoso entrar na água ali naquele local, porque o fundo do rio não é estável, aquilo eram campos, eram leiras, e as pessoas que entram têm o risco de ter uma queda abrupta dentro da água. E eu penso que aquela plaquinha não é muito convincente.

Há aqui um assunto a que o Sr. Vereador José Mota tinha, na altura, estado atento, e eu continuo, porque passo lá todos os dias – este é um apelo à Sra. Presidente e ao Sr. Presidente da Junta: aquela rotunda a seguir ao parque infantil, tem todas as características de rotunda, mas não é rotunda, e cria muito confusão. Eu passo lá todos os dias, noventa e nove por cento (99%) das pessoas cumprem como rotunda; há um por cento (1%) que não sabe, se quiser provocar um acidente, entra lá e, de facto, a regra que está estabelecida, o código de posturas, tem aquilo como regulador de trânsito, salvo erro. Eu penso que ao fundo da Avenida Francisco Sá Carneiro, é um regulador de trânsito, porque a rotunda não está no meio, nem toda a gente é obrigada a circular. Agora aquela ali, a seguir à Escola EB 2/3 e ao parque de lazer, tem todas as características de rotunda, e acho que são ratoeiras que nós colocamos às pessoas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, conclua, por favor, que já ultrapassou. Muito obrigado.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---



Estou mesmo a terminar.

Neste seguimento, agradecia uma análise da possibilidade de intervenção nessa mesma avenida, principalmente na zona escolar, porque é uma zona perigosa, já houve lá atropelamentos, e talvez ponderar calmamente como é que se poderá fazer uma intervenção que possa reduzir a velocidade das viaturas e facilitar as travessias.

E finalmente, terminando, então, um apelo para que se continuasse a fazer um esforço para que aquele terreno que está em frente à Escola EB 2/3, e que tem uma disputa, salvo erro, em tribunal, todo um esforço para que ele se tornasse público, porque acho que seria fundamental ali para aquele espaço, e para Alpendorada.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Joaquim Teixeira Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretário, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas, membros da Assembleia, público, Marcoenses que nos ouvem através da Rádio Marcoense:

Só trazia aqui duas ou três questões que dizem respeito à minha freguesia, à Sra. Presidente e ao Executivo. Uma era agradecer a colaboração que tivemos, em conjunto, com a colocação do parque infantil no Jardim de Infância de Lordelo, em que a Junta também teve uma despesa de colocação do piso para que as crianças tivessem melhores condições. Esperemos que com este bom tempo, eles possam usufruir de um recreio diferente, e de formas de estar diferentes nas escolas.

Depois, também falando em escolas, perguntar à Sra. Presidente – que tenho enviado também alguns ofícios – a ver se temos possibilidade, nesta interrupção letiva da páscoa, se poderíamos fazer a intervenção na EB1 de Maureles. A EB1 de Maureles é uma escola, para mim, muito bonita, bem situada, com alunos dentro dos possíveis – acho que as pessoas vão ter que trabalhar mais e ver menos televisão – é uma escola muito bonita, mas que nós, ao longo destes últimos anos, temos feito algumas intervenções, nomeadamente substituição de toda a parte elétrica, da caixilharia, e que a escola está a ganhar dimensões e condições. Mas, acho que temos que intervir agora no amianto que cobre a escola, que me preocupa, se a Câmara Municipal já tem alguma preocupação nessa situação de substituição do amianto, neste caso na escola, e também da pintura exterior, porque é uma escola que tem muito vidro, está muito bem situada, tem muito vidro, tem pouca pintura, e acho que com pouco nós ali faríamos muito, e dávamos uma imagem diferente à escola. E a Escola de Maureles é uma escola diferente porque a comunidade usufrui da escola. O que é que quero com isto dizer? Nós estamos habituados à escola ser das crianças, mas eu acho que Maureles é diferente, em que a comunidade participa muito na vida ativa da escola – não há feirinha nenhuma que não tenha a Freguesia extinta de Maureles toda na escola, não há atividade nenhuma que se faça na escola em que não estejam todos – até me preocupa, quando lá vou, porque eles podem assaltar as casas, porque não está ninguém em casa, está tudo na escola, e as pessoas começam a perceber. Por isso, alertar o



Executivo, se poderia ser feita alguma coisa; não digo tudo, mas se pudéssemos pintar pelo menos a parte exterior e interior nesta interrupção letiva da páscoa, eu agradeço muito, e as crianças iriam beneficiar muito.

Também falar aqui – e já foi aqui falado, eu não vou debater as taxas de ligação porque acho que o Executivo está preparado e está muito preocupado com isso, e eu acho que deve estar, porque as pessoas estão a chegar à Junta de Freguesia com as cartas, e eu sem saber o que lhes responder, mas isso ultrapassa-me. A mim, o que me preocupa foi que eu lutei, ao longo destes últimos anos, para a construção da ETAR de Maureles. E o que eu queria saber era se o Executivo da Câmara poderá interceder junto da empresa Águas do Marco, porque eles tomaram conta da ETAR com toda a pompa e circunstância, tomaram conta da ETAR, mas a verdade é que aquela ETAR vai fechar sete fossas a céu aberto, e eles podiam de imediato fechar essas fossas, e não o fizeram. E eu acho que a Câmara Municipal, já que entregou a ETAR, devia obrigar a empresa – não sei se pode, estou aqui a falar como Presidente de Junta, triste por ver uma ETAR inaugurada e entregue às Águas do Marco, e as fossas continuarem a derramar a céu aberto pelos terrenos, pelos loteamentos que lá estão. Eu sei por que é que eles estão preocupados: eles não querem entregar isso porque essas pessoas não vão pagar taxa de ligação, porque quando foi construído o loteamento, foi construído antes da concessão das Águas do Marco, e eles sabem que essas pessoas estão preparadas para não pagar taxa de ligação. E por isso, não querem abrir a ETAR, porque não vão ter rendimento. Mas, eu acho que a Câmara Municipal, já que quem herda o bem, herda o mal, devia fazê-los também tomar conta e pôr de imediato a ETAR a funcionar. Peço-lhe muito, Sra. Presidente, porque aquelas fossas, o que me revolta a mim é ver aquelas fossas a continuar a derramar a céu aberto.

Tenho dito. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra à Sra. Deputada, Dra. Susana Loureiro.

--- Susana Loureiro (PPD/PSD) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Secretários, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, público, comunicação social, caríssimos Marcoenses:

O Grupo Municipal do PSD vem junto desta Assembleia Municipal, e de acordo com o preceituado no art.º 61.º, n.º 1, alínea b) do Regimento, apresentar a seguinte moção, atente o interesse autárquico público que se prende como pertinente vertida na mesma.

Moção – “Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios”

“A Construção do IC35 é uma aspiração antiga das populações da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, essencial para responder às necessidades de mobilidade desta comunidade, para superar atraso estruturais e potenciar o desenvolvimento daquela que é das regiões mais empobrecidas da União Europeia.”



Apesar da promessa eleitoral do Governo Socialista de José Sócrates, realizada em 2009 pelo seu Ministro das Finanças, esta importante obra nunca passou da retórica política durante Governos liderados pelo Partido Socialista.

A não concretização desta obra tem um impacto negativo na economia da região, nomeadamente devido ao congestionamento e à sinuosidade da via, que se traduz numa perda de competitividade das empresas exportadoras de Marco de Canaveses e Penafiel.

Os treze quilómetros que compõem o troço da EN 106 entre Penafiel e Entre-os-Rios são perigosos, sinuosos e o trânsito moroso. São centenas as sucessivas vítimas silenciosas desta via que é utilizada diariamente por vinte e sete mil veículos.

Este processo apenas teve desenvolvimentos durante as legislaturas em que o PSD liderou o Governo da República. Foi o anterior Governo que inscreveu esta obra no PETI 3+, reviu o traçado e avançou com o concurso da empreitada para a construção do IC35.

Em 2015, a Infraestruturas de Portugal, S.A., e o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, numa sessão pública realizada no Concelho de Penafiel, apresentaram o plano de construção das diversas fases do IC35, cujo financiamento foi garantido através do Orçamento de Estado.

Esta solução foi alcançada através da conjugação dos esforços das autarquias locais com o Governo liderado pelo PSD, que permitiu encontrar uma solução para resolver uma questão embaraçosa para todo o país.

Após a tomada de posse do atual Governo, liderado por António Costa, o concurso público para a construção do IC35, que se encontrava na fase final, foi novamente congelado pela gestão socialista.

Caso o atual Governo não tivesse inviabilizado uma vez mais a obra, neste momento estaríamos a assistir à conclusão da construção do troço “Penafiel – Rans” do IC35 e a preparar a ligação entre Rans e Entre-os-Rios.

O Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas referiu, em Comissão Parlamentar na Assembleia da República, que decidiu “suspender esta obra porque o estudo de impacto ambiental lhe foi desfavorável”.

No entanto, em ofício recebido pela Câmara Municipal de Penafiel, o Presidente das Infraestruturas de Portugal, a 30 de junho de 2016, refere que esta obra estruturante que ligaria Penafiel a Entre-os-Rios se encontra suspensa por falta de financiamento:

“O contexto orçamental das Infraestruturas de Portugal em 2016 obrigou à revisão do planeamento das ações a desenvolver, prevendo-se que a adjudicação desta intervenção apenas ocorra em 2017”.

Entre a palavra do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e da empresa Infraestruturas de Portugal há nitidamente muitas diferenças.



Para além disso, passados dois anos e meio do anúncio do cancelamento desta importante obra, o Governo nada faz, continuando a colocar o IC35 na gaveta.

A verdade é que este Governo Socialista cancelou a obra do IC35 e retirou a verba de doze milhões de euros que lhe estava afeta, frustrando, mais uma vez, as expetativas da população da região do Tâmega e Sousa.

Assim,

I. Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses vem apelar ao Governo que promova, com caráter de urgência, a construção do IC35, dando continuidade ao planeado pelo anterior Governo PSD/CDS-PP.

II. No caso de aprovação da presente moção, que a mesma seja amplamente difundida nos órgãos de comunicação social locais e regionais, bem como dado conhecimento ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e às Câmaras Municipais de Penafiel e Castelo de Paiva.

*Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018.
O Grupo Municipal do PSD de Marco de Canaveses.”*

Moção que coloco à vossa apreciação, e à apreciação da Mesa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Carlos Soares Vieira.

--- Luís Carlos Vieira (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Srs. Membros dos serviços municipais e da comunicação social, ao público presente, aos munícipes que nos acompanham através dos órgãos de comunicação social:

Nesta que é a segunda sessão da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses deste mandato, trago um tema a discussão que tem gerado alguma controvérsia na sociedade civil Marcoense. Foi notícia que o Tribunal do Marco de Canaveses, na sequência de um ajustamento do Mapa Judicial, irá perder os serviços de instrução criminal, que irão agora transferir-se para o nosso concelho vizinho (Penafiel), mas com a promessa, ou garantia, de que o Tribunal da Família e Menores irá funcionar nas instalações do nosso tribunal.

O Tribunal de Marco de Canaveses confere uma das mais relevantes e importantes instituições que representam órgãos de soberania situada no nosso município e na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Numa altura em que tanto se discute acerca da desconcentração e descentralização do Estado, devemos convergir com todos os esforços para não caminhar no sentido contrário ao desta tendência. E por isso, a nossa Bancada do Partido Socialista defende que devemos assegurar a continuidade deste tribunal e o reforço da sua vitalidade e importância para este município e região. Neste sentido, questiono os membros do



Executivo para o esclarecimento desta Assembleia e dos munícipes se esta permuta de funções é mais benéfica para os Marcoenses e para a região, se os Marcoenses saem melhor servidos e se podem estar tranquilos com este reajustamento.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Carneiro.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, caros membros da Mesa da Assembleia, Sra. Presidente de Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia, Marcoenses em geral.

Permitam-me desde já fazer um cumprimento pessoal a todos os membros que agora estão a exercer funções neste órgão – não tinha estado na Assembleia Municipal anterior – e desejar os votos sinceros de um excelente trabalho e de um excelente mandato a todos, começando, obviamente, pela pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Realmente, aquilo que hoje eu aqui queria abordar de forma sintética é um dos assuntos que é mais estruturante do ponto de vista político na nossa sociedade, que é exatamente o setor da educação. E sou muito sincero ao dizer que sinto que há sinais positivos de investimento, de preocupação e de energia despendida nesta área, no nosso concelho, por parte da Câmara Municipal. Isto porque fui recentemente indicado, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, como um dos três representantes do município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alpendorada, tal como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Sr. Domingos Dias. E confesso que, pessoalmente, fiquei muito satisfeito com essa decisão por parte da Sra. Presidente da Câmara Municipal. Denota aqui uma intenção de pluralidade de opiniões e de visões que traz muito mais riqueza, a meu ver, àquilo que depois poderão ser os conteúdos e as abordagens tidas ao longo das reuniões dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos.

E nesse caso em particular, pelo menos naquilo que foi a nossa experiência na reunião em Alpendorada, essa mesma perceção muito positiva foi também alargada, por assim dizer, a todos os membros desse mesmo Conselho Geral, desde professores, pais, alunos que lá estavam, comentaram inclusivamente essa mesma representação mais diversificada, que consideram que é um elemento positivo. Isso, do ponto de vista da Junta de Freguesia, é também interessante, porque sentimos que as nossas preocupações ao nível do ensino escolar primário e pré-escolar foram também colocadas em cima da mesa e foram também discutidas algumas situações, quer da relação com professores e com alunos, mas também com pais, e isso para nós é muito importante, porque nós todos os dias somos um parceiro que está no terreno, juntamente com a Câmara Municipal, a dar resposta às necessidades de educação, nesta primeira fase de contato com o sistema de ensino em Portugal.

Um segundo elemento que eu acho que também vem, de algum modo, complementar esta primeira perceção é, exatamente – e neste caso em particular, no Agrupamento de Escolas de Alpendorada – a intervenção na Escola Secundária de Alpendorada. Essa intervenção foi discutida nessa mesma reunião do Conselho Geral, e é com muito agrado que soube que



iniciaram este mês, finalmente, as intervenções no mesmo edifício, que já estavam há muito solicitadas.

Dessa reunião, e desse facto, eu gostava de salientar três aspetos que foram, para mim, muito relevantes: primeiro, que nesse Conselho Geral, o empenho por parte de todos os elementos lá presentes foi muito claro: os pais, que sentiram que era uma situação muito preocupante para os filhos – e inclusivamente, no dia seguinte, houve uma reunião de pais nas próprias instalações do Agrupamento; o próprio corpo docente e a Direção do Agrupamento, que manifestaram, e deram conta de todas as diligências que tinham realizado junto do Ministério da Educação; e para além disso, também os elementos políticos, nomeadamente a Junta de Freguesia de Alpendorada, que também tinha encetado diligências, e a Câmara Municipal, junto do Ministério da Educação e da Direção Geral do Ensino, para que esta intervenção fosse feita o quanto antes. Obviamente que nós queremos, ou gostávamos que isto já tivesse sido feito há muito mais tempo, ou que esta intervenção já tivesse sido concluída, eventualmente no verão, e que não incomodasse qualquer normal funcionamento do Agrupamento e das instalações, mas o que é facto é que, realmente, quando nós fazemos aquela discussão todos os dias no café, na televisão, no Parlamento, acerca da gestão do défice e da meta que nós queremos lá ter, depois há decisões que realmente implicam na nossa realidade. E sou sincero – até porque houve relatórios nesse sentido apresentados por parte da Direção do Agrupamento – não estando em causa a integridade e o bem-estar dos alunos, porque o edifício não estava em perigo de ruir, acho que estas decisões também têm que ser enquadradas a nível nacional. E isso sempre foi respeitado, creio eu, também pelas instituições políticas e compreendido, nomeadamente por este órgão que aqui reúne.

Por final, entendo que aquilo que realmente lá foi dito denota que as pessoas estavam claramente intencionadas no sentido de fazer com que isto acontecesse o mais depressa possível. Creio que dentro de breves meses será uma realidade, e cerca de seiscentos mil euros (600.000€) serão investidos naquele edifício para que possa funcionar de forma normal, mas acima de tudo não me cabe a mim dar uma resposta relativamente a este assunto, mas registei com desagrado, no anterior mandato desta mesma Assembleia, nesta mesma sala, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, na altura, havia dito aqui que, infelizmente, naquela freguesia só se realizava investimento por parte do Governo quando era um Governo do Partido Social Democrata. Não sou eu que tenho que dar resposta; a realidade encarregou-se disso. Felizmente, independentemente da cor do Governo ou das opções, o investimento vai lá ser realizado.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara e restantes vereadores, estimados colegas de Assembleia Municipal, público e comunicação social, e ouvintes em casa.



Eu, na última Assembleia Municipal, trouxe aqui uma questão relativamente à Artâmega. Eu queria saber se relativamente a esta situação houve alguma evolução, ou se ainda continuam as “desavenças” entre esta associação, e não sei se será entre o padre, se a Paróquia de Vila Boa de Quires. Eu acho que esta é uma das associações que, pela sua intervenção cultural na nossa cidade, nos deve preocupar a todos. E eu gostaria de saber o que é que tem sido feito, ou se a Câmara Municipal tem algumas indicações relativamente a estas questões.

Ano novo, vida nova, e como tal, nós temos que nos começar a preocupar cada vez mais com o nosso futuro. E sendo essa uma das nossas preocupações também enquanto Partido Socialista, eu queria saber junto da Câmara Municipal se junto das áreas empresariais que estão pensadas para o concelho, se já têm havido algumas incidências junto de algumas instituições ou organizações para poder potencializar esta altura mais favorável a Portugal economicamente, para que também possamos potencializar alguns investimentos industriais aqui em Marco de Canaveses. Gostaria de saber se tem sido feito – e espero, com certeza, que tenha sido – relativamente a essa questão.

Relativamente ao Dia Mundial da Árvore que aí se aproxima, há uns dias atrás vi uma intervenção do nosso Primeiro Ministro a dizer que é importante plantar árvores, mas que neste Dia Mundial, e devido aos factos acontecidos no ano anterior, que seria de repensar se nós, neste Dia Mundial da Árvore, também não deveríamos pensar fazer uma operação de limpeza em algumas das nossas matas ou em algumas das nossas florestas, que também é importante. Eu queria trazer esta questão à Assembleia, porque acho que a Câmara devia solidarizar-se relativamente a esta questão, que é tão ou mais importante o fator da limpeza e da gestão da floresta, como a plantação de simples árvores. E como tal, acho que também nós deveremos estar atentos a este assunto, e como tal, dar aqui a minha opinião, entretanto, se puder influenciar relativamente a estas questões.

Relativamente a esta questão da floresta, na minha vida profissional, eu tenho sido contactado – apesar de não ter nada a ver com esta situação – por várias pessoas sobre esta questão das limpezas, porque saíram em meios de comunicação várias informações, algumas delas mais concretas que outras, e eu julgo que há uma confusão tremenda relativamente às instâncias, o que deve ser limpo, e a forma como deve ser limpo. Eu peço que, numa parceria entre a Câmara Municipal e os Presidentes de Junta aqui presentes, que junto das vossas populações, façam alguma coisa para as esclarecer, porque eu acho que há uma confusão tremendamente instalada, e eu já vejo algumas pessoas a quererem apontar o dedo aos vizinhos, e eu acho que aqui podemos ter alguns problemas num futuro próximo, que nós devemos jogar em antecipação, que também é esse o nosso dever, e são essas as funções que nós também temos que salvaguardar.

Dizer que foi com muito agrado que vi que a Escola EPAMAC foi classificada como a melhor escola do país na área agrícola – acho que é uma coisa que devemos valorizar, porque muitas vezes valorizamos só estas questões do *ranking* pela negativa, mas esta é uma questão que nós também temos que falar pela positiva, se bem que o outro *ranking* também nos deve preocupar, mas nós também devemos utilizar estes exemplos para focar aquilo que também está bem. E esta aqui, nós temos que dar os parabéns a quem está a implementar aquele projeto em Marco de Canaveses, que é bem-vindo, e que espero que seja reflexo para outras que possam assim continuar.



Para terminar, é com bom grado que eu vejo aqui a solicitação de uma recomendação à Câmara Municipal, mas eu tenho pena que desde 2005 eu tenha visto algumas, e muitas, até inclusive em alguns *outdoors*, bastantes promessas eleitorais, e julgo que o PSD, nessa altura e desde então, nunca fez nenhum voto de recomendação para que essas promessas fossem cumpridas. Nós, enquanto Partido Socialista, estamos tão ou mais atentos do que vocês. Vou recordar breves palavras que fiz aqui no primeiro discurso que fiz nesta Assembleia: nós, e vocês, temos que estar atentos para garantir que a qualidade política do Marco seja melhor do que a que nós recebemos. E como tal, acho que devemos remar todos para o mesmo lado. E são bem aceites esses votos de recomendação, mas também temos que ser justos, que em tempos também deveriam ter sido feitos.

Obrigado e bom dia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de esclarecimento e resposta às interpelações que foram apresentadas, e chamo a atenção para o tempo. Faça favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta e Sras. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, aproveito também para cumprimentar os Marcoenses que nos ouvem, e hoje, como estamos em direto nas redes sociais, para cumprimentar todos os que nos podem estar a ouvir em qualquer lado do mundo. Aproveitar também para cumprimentar a comunicação social.

Eu vou, então, começar por dar resposta às questões que me foram colocadas, vou tentar ser o mais objetiva possível para podermos conseguir rentabilizar o tempo.

O Sr. Deputado Fernando Costa Vieira, obras realizadas na Cruz Vermelha e casa mortuária: a Câmara Municipal, para a Cruz Vermelha, participou as obras, segundo informações dos serviços, em cerca de setenta mil euros (70.000€). Por isso, foi um acordo feito entre a Câmara, creio que o terreno também era da Junta de Freguesia de Alpendorada, tanto a Câmara como a Junta de Freguesia deram o seu contributo para esta obra. Não tenho informação de que haja algum motivo para que, de facto, a Cruz Vermelha Portuguesa não tenha este edifício em Alpendorada a desenvolver o seu trabalho, conforme seria expectável.

Casa mortuária: em relação à casa mortuária, em 5 de agosto de 2016 houve a assinatura de um contrato de cooperação entre a Câmara e a Junta, que participou – a Câmara Municipal – com quarenta mil euros (40.000€) para a construção da capela mortuária. No dia 11 de maio de 2017 pagou-se a primeira tranche, em 30 de maio a segunda tranche, e a 11 de julho de 2017, a terceira e última tranche. Do Sr. Presidente da Junta, no dia 22 de novembro de 2017, recebemos aqui, já no meu mandato, um ofício da Junta a solicitar a participação, em cerca de vinte e um mil e oitocentos euros (21.800€), para os equipamentos necessários para a capela mortuária. O Executivo tratou de se informar se era norma, ou era usual a Câmara Municipal participar separadamente equipamentos das capelas mortuárias, e a informação que obtivemos dos serviços, e o que era usual no passado, era que, de facto, a Câmara Municipal atribuiria vinte e cinco mil euros (25.000€) para cada capela mortuária. O Sr. Presidente da Junta



argumentou que a capela em questão era para servir uma população bem mais numerosa do que apenas a de uma freguesia, e que por isso tinha três salas fúnebres, e que daí os custos suportados pela Junta de Freguesia foram superiores àqueles que eram a generalidade das outras freguesias. No dia 8 de janeiro de 2018, face a estes argumentos, e por uma questão de equidade, a Sra. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores decidiram anuir a comparticipação que o Sr. Presidente da Junta nos pediu, em cinquenta por cento (50%), ou seja, participaremos no equipamento destas capelas mortuárias, das três salas fúnebres, em dez mil, novecentos e vinte e seis euros (10.926€). O contrato de cooperação entre a Junta e a Câmara para podermos suportar este equipamento das três salas ainda não foi a Reunião de Câmara por falta de cabimento orçamental, que espero que hoje, com esta revisão orçamental que aqui trazemos, fique resolvido. Por isso, não me parece que o Sr. Presidente da Junta não tenha ainda colocado ao serviço da comunidade esta capela mortuária por algum motivo maior, ou seja, ela está construída e tem já o apoio também em metade, cinquenta por cento (50%), para o equipamento necessário para que ela esteja ao serviço da comunidade.

Em relação ao voto de pesar que aqui nos foi apresentado pelo Sr. Deputado, dizer-lhe que também estamos, como é normal, solidários com este voto pelo Sr. Abílio Ferraz, por quem eu tinha uma grande estima, amizade e consideração, até porque também foi autarca de freguesia durante muitos anos, e tive o prazer de também poder estar com ele aqui nesta Assembleia Municipal.

Em relação ao Sr. Deputado Gil, as ligações de que falou, realizadas em 2004, parece-me uma questão muito pertinente, que deve ser, de facto, tomada em conta por todos os munícipes que ouviram lá em casa, até na questão que refere, e muito bem, da legalidade desta tentativa que as Águas do Marco estão a fazer para cobrarem ligações que foram realizadas em 2004. Em relação a esta questão, se depois houver oportunidade, o Sr. Vice-presidente, que é o vereador com o pelouro, dará mais informações.

Em relação à Sra. Deputada Maria José, em relação aos acordos de execução, a questão que nos fez: como sabe, a limpeza que é da responsabilidade da Câmara Municipal, segundo os acordos de execução, é realizada uma vez por ano – era assim no passado, e ainda não havendo alterações ao acordo de execução, é assim que está. Por isso, durante este ano, as estradas que são da nossa obrigação e da nossa competência (da Câmara Municipal) serão limpas. Era esta a resposta que tinha para lhe dizer. E também dar-lhe nota que como já foi transmitido aos Srs. Presidentes de Junta, os acordos de execução podem ser alterados, ou até podem ser renegociados por uma das partes até abril deste ano. E por isso, estamos a reunir com os serviços técnicos, e muito em breve os Srs. Presidentes de Junta vão ser chamados a também negociar, ou tentarmos chegar a um acordo, se houver alterações, que é isso que também pretendemos, nestes acordos de execução. Por isso, dentro em breve, também lhe faremos chegar essa comunicação para reunir connosco.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Vales, que designou como “atos anormais de gestão da Câmara”, e deu dois exemplos, que foi a falta de leite nas escolas e a falta de gasóleo. Dar-lhe nota do seguinte, Sr. Deputado: em relação às coisas que designa de “anormais” – vou citar o que disse – e de “má gestão”, que foi assim que disse, e dizendo também que o dinheiro não faz falta a esta Câmara, o que não é verdade, mas dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: de facto, em relação ao leite das escolas, este é gerido pelas escolas, ou seja, são elas que fazem a



requisição, e o leite é entregue. Se houve alguma destas situações em que faltou leite na escola – de que o Executivo não é conhecedor – o que posso aferir desta falta de leite na escola é que houve uma má gestão por parte das escolas em relação ao leite, porque sempre que ele é requisitado, é entregue.

Em relação ao gasóleo, de facto, existe uma situação pontual de falta de gasóleo na Câmara Municipal, mas dar-lhe conta do seguinte, Sr. Deputado: o anormal não é o que está a acontecer agora; o anormal foi o que aconteceu nos últimos quatro anos nesta Câmara Municipal. O procedimento, a forma como o gasóleo estava a ser adquirido nesta Câmara Municipal é que é anormal, muito anormal. E por isso, quando nós tivermos o relatório completo, o Sr. Deputado, e estes deputados da Assembleia Municipal, vão perceber de que forma ilegal se fazia a aquisição de gasóleo nesta Câmara Municipal, e o senhor vai ter resposta para essa falta de gasóleo agora, e eu terei muito gosto em dá-la aqui.

Em relação à situação das Águas do Marco – até porque esta, pelos vistos, vai ser uma situação que vai ser muito falada aqui, eu vou já dar nota do seguinte: os anteriores Executivos do PSD não foram capazes de resolver o problema das Águas do Marco; muito pelo contrário, agravaram-no com a modificação unilateral do contrato, como todos vocês sabem. E conseqüentemente, a condenação do município em sede de Tribunal Arbitral deixou um potencial problema financeiro que adviria de uma concretização do pagamento de uma indemnização e juros reivindicados pelas Águas do Marco, no valor de vinte e um milhões de euros (21.000.000€), à data de 2015.

O atual Executivo prometeu em eleições uma solução que contemplaria a isenção das taxas de ligação à água e saneamento, compromisso que pretende cumprir. Sr. Deputado, não precisamos que nos recomende, porque sabemos todos nós – e aqui nesta mesa estão pessoas que fizeram a campanha eleitoral comigo – que fizemos um programa eleitoral, e nós sabemos muito bem quais foram os compromissos que assumimos com os Marcoenses que nos estão a ouvir lá em casa. Por isso, não precisamos que nos recomende, porque isso é um assunto que temos em cima da mesa desde o primeiro dia de mandato nesta casa. Por isso, agradeço, mas não precisa de nos recomendar. Se calhar, devia ter aproveitado, quando foi vereador desta casa, e ter recomendado àquele Executivo ao qual pertencia para resolverem um problema que os senhores também se comprometeram a resolver, em 2005, quando ganharam as eleições. Volvidos doze anos de mandato, Sr. Deputado, como não conseguiram resolvê-lo, há um compromisso deste Executivo em resolvê-lo.

As negociações continuam, para que no mais breve prazo de tempo possa ser encontrada uma solução para este enorme problema, que não foi criado por esta maioria, e que terá de ser esta maioria a resolver. E vai resolver, a bem dos Marcoenses. Sr. Deputado, mais uma vez lhe digo: não deve fazer exigências – porque a palavra é sua; o senhor já foi vereador desta casa, e já cá esteve em funções.

Num processo negocial tão importante como este, diria mesmo, algo que pode ser definidor da estratégia do município na próxima geração, seria imprudente para este Executivo que por pressão, venha ela de onde vier, fosse tomada uma decisão final que não fosse a mais ponderada e a que melhor salvaguarda os interesses de todos os Marcoenses. Enquanto não for encontrada uma solução final, os Marcoenses terão que cumprir o que estão contratualmente



obrigados a cumprir, mas nada mais do que isso. Legalmente, não lhe podemos dar outra resposta. Todos os Marcoenses têm na Câmara um parceiro na defesa dos seus direitos como cidadãos consumidores. Não há dia nenhum em que eu, Presidente da Câmara Municipal, e o meu Executivo, não tenham presente a importância deste problema e a forma como ele condiciona a vida de muitos Marcoenses. Estamos empenhados no cumprimento dos nossos compromissos eleitorais. Aos Marcoenses pedimos compreensão equivalente àquela que é a complexidade do problema que temos pela frente.

Passo agora a responder ao Sr. Presidente da Junta, Celso Santana, que nos fez uma questão sobre o estacionamento da estação. Eu depois posso pedir ao Sr. Vice-presidente para responder, mas já houve informação sobre isso. Além do estacionamento da estação, agora com a eletrificação da linha, pretendemos alargar o que já está a ser construído, e pretendemos também construir um novo junto da Estação da Livração. Já fizemos reuniões com as Infraestruturas de Portugal, temos esse acordo positivo que está a ser neste momento protocolado com as Infraestruturas de Portugal, e esperamos também que, da parte deles, haja também uma participação financeira para que possamos também realizar estes dois parques – aliás, o alargamento deste, e um outro novo, na Livração – para também responder às necessidades daqueles que vão certamente utilizar muito mais o comboio depois da conclusão da eletrificação da linha.

Em relação ao piso da cidade, dizer-lhe que esta é também uma nossa preocupação. Temos neste momento três estudos realizados: um que implica, diria eu, não sei bem qual é o termo técnico, mas era fechar aquelas juntas que existem naquele piso que já lá está; uma outra incide na substituição do piso por um outro piso, em cubo; e uma terceira hipótese – que essa seria a melhor, do nosso ponto de vista – era, de facto, além de podermos colocar um novo piso, também subirmos o piso à quota daquilo que vai ser também a realização e a intervenção desta Câmara Municipal junto dos Paços do Concelho, dentro daquilo que é a participação dos fundos comunitários no âmbito do PARU, que vamos também requalificar ainda aqui a zona envolvente aos Paços do Concelho, e por isso teríamos aqui também uma uniformização do piso. Ou seja, gostaríamos que aquele, ao ser intervencionado, ficasse conforme vai ficar o restante piso aqui na zona envolvente à cidade.

Em relação à Capela de S. Lázaro: de facto, nós reunimos em novembro com a Rota do Românico, recebemos, de facto, alguma informação em relação a esse assunto, e depois, mais tarde, voltámos a reunir com eles, depois de terem sido feitas algumas pressões também da nossa parte, e que recebemos a informação, então, que além da Capela de S. Lázaro, também vamos fazer a reconstrução da Ponte do Arco, em Várzea, Aliviada e Folhada. Estamos a falar num investimento de catorze mil, seiscentos e trinta e sete euros (14.637€), que é resultante de uma candidatura no âmbito do Programa Norte 2020, e que foi apresentada em parceria com o município e com a Rota do Românico. Por isso, também recebemos esta boa notícia, das obras de conservação e restauro do retábulo de S. Lázaro, na Capela de S. Lázaro, e da Ponte do Arco, em Várzea, Aliviada e Folhada, que também estavam dentro da mesma candidatura, e dentro da mesma parceria.

Sr. Deputado Mário Luís, Centro Náutico do Tâmega: é verdade que quando nós fizemos a visita às Freguesias de Bem Viver, Alpendorada, Vila Boa do Bispo, falámos no Complexo Náutico do Tâmega. O Complexo Náutico do Tâmega é uma iniciativa apresentada também no nosso



programa eleitoral (do Partido Socialista), que queremos concretizar, e que nesse sentido estão a ser desenvolvidos trabalhos para percebermos quais são as condições que deverá ter, e o custo previsível da intervenção. Dizer-lhe que, por exemplo, já reunimos com a Comissão de Coordenação da Região Norte, já reunimos com a APA – com a APA até foi informalmente – mas estamos a tentar considerar quais são as vias de financiamento ajustadas àquele previsível custo do Complexo Náutico do Tâmega. Dar nota de que este projeto prevê o aproveitamento do espelho de água formado pela Albufeira da Barragem do Torrão, o qual apresenta condições ótimas para a prática da canoagem e de outros desportos náuticos, pretendendo também tornar-se num local de referência, nomeadamente para estágios de diversas modalidades, nos desportos náuticos. Será um projeto a desenvolver, previsivelmente com recurso a fundos comunitários, como disse, e muito bem, pela sua envergadura económica. Mas, também é um dos *dossiers* que temos neste momento em cima da mesa, e que esperamos que seja concretizável a curto prazo.

Em relação à informação que nos fez sobre o acesso à água junto do Parque de Lazer do Tâmega, vamos, então, falar com as entidades que também têm legitimidade na matéria e pedir para podermos pelo menos alterar, ou tornar aquela placa mais visível, atendendo a que, como disse, e muito bem, devemos fazer chegar a mensagem aos que frequentam essa praia, ou esse acesso à água, da sua perigosidade. Assim o faremos.

Em relação à questão da rotunda, e também do terreno, farei essa articulação com o Sr. Presidente da Junta. Por acaso, acho que ainda não tivemos oportunidade de falar sobre isto, mas havemos de ter oportunidade de falar sobre o assunto, e com os nossos serviços técnicos, e tentarmos avaliar a possibilidade de podermos fazer, então, uma intervenção que assegure pelo menos mais alguma segurança do que aquela da situação que nos fez chegar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, está a um minuto, praticamente, de terminar o seu tempo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Junta, Fernando Monteiro, agradecer a intervenção. Vamos também avaliar com os nossos serviços técnicos a questão da possibilidade de intervir na EB1 de Maureles – como disse, e muito bem, se não será possível fazer tudo de uma vez. Mas, atendendo à interrupção letiva da páscoa, faremos essa avaliação, e também o convidaremos a estar presente na visita e na avaliação que os nossos serviços possam fazer.

Em relação à ETAR de Maureles, o Sr. Vice-presidente depois, se tiver oportunidade, também lhe dará resposta sobre o assunto.

Dra. Susana Loureiro, em relação ao IC35, apenas duas notas: o IC35 faz, este ano, vinte anos – vinte. Durante estes vinte anos, certamente que não foi só o Partido Socialista que esteve a governar; estiveram todos, inclusive o Partido em que a senhora hoje se senta na Bancada dele, o PSD. E por isso, “embaraçoso” – e a palavra foi sua – foi o troço de Rans – Penafiel ter sido colocado a concurso sem estudo de impacto ambiental. Isso é que foi embaraçoso. E foi mais embaraçoso ainda quando se aperceberam onde é que esse troço terminava, no meio do monte. Mas, dizer-lhe que a primeira das reuniões que eu tive foi com o Sr. Secretário das Infraestruturas de Portugal, e com o qual também todos os Partidos, pelos vistos, estão



interessados em resolver o IC35, conforme tem sido uma preocupação, não de agora, mas de há vinte anos a esta parte, porque aquilo que a Sra. Deputada aqui hoje veio dizer é do conhecimento de todos, porque o IC35 tem vinte anos, Sra. Deputada – vinte. E durante estes vinte anos, muitos usaram da palavra a pedir o IC35, muitos arranjaram argumentos para poder concretizar o projeto do IC35, e ele nunca foi concretizável. Pode ser que a Sra. Deputada, neste mandato, tenha – aliás, eu terei o orgulho de lhe dizer que vai ser o Partido Socialista a concretizar o IC35. Seria para mim uma grande alegria poder dizer-lhe isso, depois de vinte anos, podermos ter o IC35. E também espero que o PSD esteja connosco nesta matéria, porque parece-me que este sim – como há bocado dizia o Sr. Deputado Bruno Caetano – é um projeto de interesse até supramunicipal. E aqui, não tenhamos os interesses dos Partidos à frente dos interesses dos Marcoenses. Por isso, a Sra. Presidente de Câmara estará cá, como estará o Governo de Portugal, para ajudar a resolver este problema, que tem vinte anos.

Sr. Deputado Luís Carlos, ajustamento do Mapa Judiciário: esta foi uma situação que veio noticiada na comunicação social, e eu acho que até foi essa forma como foi noticiada na comunicação social que gerou aqui provavelmente algum ruído. Dizer-lhe o seguinte: o ajustamento do Mapa Judiciário já estava definido em 2016 (creio eu), e por isso, quando me pergunta – para ser muito objetiva na resposta que tenho que lhe dar – quando me pergunta se os Marcoenses vão beneficiar com esta alteração, vão, vão beneficiar. E dizer-lhe o seguinte: quando os meios de comunicação social recentemente publicaram uma notícia na qual era referido que os serviços de instrução criminal da Comarca do Porto – Este deixariam de estar centralizados no Tribunal do Marco de Canaveses, e passariam, sim, a estar nas instalações a criar no Quartel da GNR de Penafiel – porque é isto, aliás, os serviços de instrução criminal da Comarca do Porto – Este, que estão hoje no Marco, passarão para o Tribunal de Penafiel. E quando isso acontecer, virão para o Marco os serviços da valência de Família e Menores do tribunal para o Marco de Canaveses, que neste momento se encontram em Paredes. Por isso, para nós, Marcoenses, será muito melhor que, de facto, venham para o Tribunal de Marco de Canaveses as valências de Família e Menores. E isto é que, se calhar, faltou dizer, porque, de facto, além de já estar previsto – isto não é nada de novo, já estava previsto – é que o Marco perde a Instrução Criminal, mas ganha a Família e Menores, e isto, de facto, é melhor para os Marcoenses. Era preciso que se dissesse isso também. E por isso, muito obrigada por ter lembrado, Sr. Deputado Luís Carlos.

Miguel Carneiro, Sr. Presidente de Junta, em relação à educação, de facto, dizer que era pretensão desta Câmara Municipal, e concretizámos, que tínhamos direito a três lugares no Conselho Geral, demos dois lugares aos Srs. Presidentes de Junta, que entendemos que também deviam estar no Conselho Geral, e ficou a Câmara Municipal com apenas um lugar. E por isso, também dizer-lhe que recebi dos Srs. Presidentes de Junta também essa nota muito positiva, porque eles também têm necessidade de estar mais perto dos Srs. Professores e da comunidade educativa, para ajudarem a resolver os problemas, e essa é uma forma, de facto, de o fazerem.

Em relação às obras, de facto, houve aqui muita troca de informação entre a DGEstE e a Câmara Municipal. Dizer que este assunto da Escola Secundária é a prova de que o trabalho com pais, Câmara e Junta de Freguesia deu resultado, porque, de facto, as obras vão iniciar-se – sei que já fizeram visitas técnicas, e algumas delas já decorreram durante este mês. Era previsível que as obras já tivessem começado ainda este mês, mas dizer-lhe que, de facto,



houve aqui com os pais, com a escola, que nós também tivemos o cuidado de ter sempre por dentro do assunto, e quisemos envolver, porque não podemos esquecer que a escola é um representante do Ministério da Educação na comunidade, neste caso na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, e é a eles também que cabe, e devem estar sempre por dentro do assunto para transmitir alguma serenidade a quem tinha essa preocupação em relação à segurança da escola.

Sr. Deputado Bruno Caetano, em relação à Artâmega, eu já aqui dei o esclarecimento, não há muito mais a dizer. Como sabem, é vontade da Comissão Fabriqueira – neste caso, do Sr. Padre de Vila Boa de Quires e Maureles – que a Artâmega abandone as instalações da Artâmega. Na altura, pediram-nos a nós, Câmara Municipal, que os ajudasse a arranjar uma alternativa para que pudessem não perder os acordos com o Ministério da Educação, e por isso, é isso que estamos a fazer.

Também, já agora, acrescentar aqui uma coisa, uma situação nova: depois da reunião que tivemos, o Sr. Presidente da Junta fez-nos chegar a sua pretensão de podermos fazer uma avaliação de um edifício que têm em Vila Boa de Quires, para que a Artâmega saísse daquele edifício onde está, mas que continuasse, como era expectável, em Vila Boa de Quires. Este projeto da Artâmega já tem nove anos, envolve muitos paroquianos de Vila Boa de Quires, o Sr. Padre Barros, na altura, que foi o mentor da obra, dedicou-se muito a esta Artâmega, e têm tido, e tiveram, no passado, esta preocupação. De facto, o espaço que nós temos hoje, ou que estávamos a considerar, é aqui no centro da cidade, estamos a fazer o estudo prévio com os serviços técnicos da Câmara, como já lhes foi dito, para tentarmos salvaguardar que se, de facto, o Sr. Padre quiser levar avante aquela que é a decisão que já tomou, a Artâmega tenha uma solução em cima da mesa que esteja validada pela DGEstE. A DGEstE já fez uma visita ao local, já apreciou o estudo técnico, já fez recomendações – porque não concordou com tudo aquilo que nós tínhamos previsto como obra. Agora, surgiu esta nota nova, que o Sr. Presidente da Junta nos pediu também para fazer a avaliação do Centro Cívico – acho que é assim a designação – de Vila Boa de Quires, que pode eventualmente também albergar as instalações, ou ser o novo espaço para a Artâmega. Faremos essa apreciação também com os nossos serviços técnicos, e vamos, como é normal, continuar a defender que a Artâmega continue a ter instalações condignas para levar a cabo aquilo que são os seus objetivos na área da cultura, nomeadamente da música, dança e teatro, que muito tem feito no concelho em relação a essa matéria.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, faça favor de terminar, que já excedeu significativamente. Obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Só preciso de mais um minuto e meio.

Área de acolhimento empresarial – continua a ser a resposta ao Sr. Deputado Bruno Caetano – dar-lhe nota do seguinte: nós temos uma preocupação, que também foi versada no nosso programa eleitoral, que era a concretização de uma nova área empresarial no Concelho de Marco de Canaveses, que será, como já está definido em PDM, em Constance, na Freguesia de Constance. Já reunimos com as Infraestruturas de Portugal, já vieram ao local, aceitaram que fizéssemos uma entrada da variante para a nova área empresarial de Constance – estamos a



passar para o papel essa nossa pretensão e a fazer o estudo técnico para isso, por isso é uma boa notícia – e depois também já reunimos com a Comissão de Coordenação da Região Norte para tentarmos perceber o financiamento que vamos ter para a nova área empresarial de Constance. Dar-lhe conta de que também é nossa pretensão, além da construção de uma nova área empresarial na cidade do Marco de Canaveses, às portas da saída da autoestrada – porque achamos que, de facto, ela já está definida no PDM e será uma mais valia para todo o concelho – dizer também que é nossa pretensão conseguirmos obter ainda financiamento comunitário para melhorar a área empresarial que já existe, ou área industrial, no centro da cidade do Marco, e também em Alpendorada, Várzea e Torrão, porque temos essa pretensão, e sabemos que necessitam de algumas intervenções de melhoramento.

Em relação à questão da limpeza das florestas: eu acho que essa informação vai ser transmitida dentro em breve à comunidade Marcoense através dos Srs. Presidentes de Junta. Nós já fizemos algumas reuniões de trabalho com a nossa equipa da Proteção Civil. Dizer-lhes que desde dezembro de 2017 têm sido desenvolvidos trabalhos de planeamento e início dos trabalhos de prevenção dos incêndios florestais, trata-se de trabalhos de criação de faixas de gestão de combustível, limpeza das áreas próximas das faixas de rodagem e a articulação com as Juntas de Freguesia, com o SEPNA, a GNR, o GIPS e os Bombeiros Voluntários. Estão já previstas ações de sensibilização em todas as freguesias do concelho, a realizar nas próximas duas semanas – os Srs. Presidentes de Junta já nos fizeram chegar qual é o dia e a hora em que o pretendem fazer, e que vão também passar essa mensagem à comunidade das suas freguesias, para que estejamos todos muito bem informados. Nas referidas ações será ainda divulgada informação relativa ao combate à vespa velutina e ao uso controlado do fogo e gestão de sobrantes. Dar-lhe nota de que já estão quase todas as Juntas de Freguesia, ou quase todas as Juntas de Freguesia já nos fizeram chegar quais são as datas em que querem fazer estas ações de sensibilização, a data, a hora e o local, e quais são os meios técnicos, nomeadamente o GIPS e o SEPNA, que estarão com os nossos técnicos da Proteção Civil a fazer estas ações de sensibilização.

Dizer-lhes também – que não está aqui, mas acabámos ontem, sexta-feira, acabámos de fazer uma candidatura a fundos comunitários, que ontem validámos na plataforma, para a construção de dois reservatórios de água no combate aos incêndios, um em Soalhães, porque é uma das zonas (Serra da Aboboreira) mais prioritária no combate aos incêndios, as necessidades já foram estudadas por todos os meios envolvidos, e outra em Penha Longa. Só falta Vila Boa de Quires, que não conseguimos o acordo com o proprietário dos terrenos, mas que esperemos que numa segunda oportunidade consigamos também construir o terceiro, dos três que estavam previstos, porque agora avançámos com dois. Esperemos que numa próxima oportunidade consigamos fazer a candidatura para o terceiro reservatório de água.

E era isto, Sr. Presidente da Assembleia. Agradecer-lhe o tempo que me disponibilizou para responder às restantes questões. Muito obrigada. Ficaram ainda por responder algumas questões mais técnicas. Se o Sr. Vice-presidente puder usar da palavra, muito bem.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.



Srs. Deputados desta Assembleia, esta questão do tempo é complicada. Eu terei o mesmo tratamento com qualquer intervenção de algum deputado da Oposição. Se os Srs. Deputados quiserem ouvir resposta do Sr. Vice-presidente, eu dar-lhe-ei tempo para o fazer, mas com o vosso acordo; sem o vosso acordo, naturalmente que eu tenho que respeitar o Regimento, já excedemos o tempo que era previsto, por isso coloco à vossa consideração se entendem por bem.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, permita-me só dizer o seguinte: eu percebo que a questão do tempo é muito importante, eu acho que foram onze pessoas que se inscreveram, são quinze minutos, eu teria que perder pouco mais de um minuto a responder a cada uma das pessoas, sendo que alguns deles fizeram mais do que uma pergunta, e a situação é complicada, às vezes não temos condições de responder. Mas, dizer que eu estou disponível para que alguém que entenda que não ficou resposta bem dada, ou que ficou com alguma dúvida, estou disponível para depois complementar a informação que aqui dei.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu se calhar sugeria que as respostas àquelas questões que não foram devidamente esclarecidas viessem a ser efetuadas por escrito.

Sr. Deputado Gil, faça favor.

--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---

Eu penso que o Grupo Parlamentar do PSD está na disposição de deixar falar a vereação para fazer a resposta às nossas questões. O que está aqui em causa é só lembrar que, de facto, noutros tempos, esse tempo também era pedido pelo Sr. Presidente da Câmara para responder, e as pessoas muitas vezes faziam o mesmo papel que nós estamos a fazer, ou aquilo que nós estamos a fazer é exatamente igual, é só fazer uma lembrança. As pessoas têm que perceber que todos têm direito a responder, e nós também queremos ouvir as respostas, mas temos que ter consciência de que noutros tempos falhámos também. É só isso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Faça favor.

--- Luís Carlos Vieira (PS) ---

Sr. Presidente, nós, enquanto deputados municipais, estamos na disposição, penso eu que estamos na disposição para ouvir a palavra do Sr. Vice-presidente. Nós questionámos a Sra. Presidente de Câmara, ela esgotou o seu tempo, mas como nós estamos aqui para ser totalmente esclarecidos, e para os Marcoenses serem totalmente esclarecidos de todas estas questões, acho que devia propor a votação aos Srs. Deputados Municipais para, excecionalmente, conceder algum tempo para a intervenção do Sr. Vice-presidente de Câmara.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.



No sentido de ultrapassar este ligeiro impasse, eu proponha cinco minutos – mas apenas cinco minutos – para complemento de resposta, ao Sr. Vice-presidente, a solicitação da Sra. Presidente de Câmara. Eu coloco à votação a minha proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade a possibilidade de o Sr. Vice-presidente esclarecer os pontos que julgue convenientes. Muito obrigado.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo todos os presentes. E com a devida anuência da Sra. Presidente de Câmara, gostaria, então, de responder a algumas questões que ficaram aqui por ter resposta.

Relativamente ao membro da Assembleia, Gil Fernando, gostaria de lhe dizer que uma vez que pagou a taxa de ligação em 2004, a Câmara Municipal está disponível para lhe passar a declaração – eu tenho a informação de que não pediu.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Evitem essa troca de diálogo, porque complica um bocadinho o trabalho da Assembleia. Muito obrigado.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Eu vou ver isso, e na segunda-feira garanto-lhe que essa declaração está. Até porque como é que obtive essa informação de que estava pago? Segunda-feira a situação ficará resolvida, garanto-lhe que ficará resolvida.

Ainda relativamente àquilo que foi aqui apresentado pelo Sr. Presidente de Junta, Celso Santana, Presidente de Junta do Marco, antes de mais agradeço o reconhecimento pelo trabalho feito pela Câmara Municipal. Gostaria de lhe dizer que quando chegámos à Câmara Municipal e analisámos o projeto que estava a decorrer junto à Estação do Marco, chegámos imediatamente à conclusão que seria insuficiente. Aquele é um polo que o Executivo quer nitidamente dinamizar e desenvolver, será ali um terminal intermodal – ou multimodal, como queiram – e por isso, com as alterações já feitas ao projeto, vamos lá conseguir instalar cerca de mais cento e cinquenta lugares de estacionamento, além daqueles que estariam previstos inicialmente. Esses cento e cinquenta lugares de estacionamento desenvolvem-se desde a Nanta até junto à Estação do Marco, depois com a possibilidade de um sentido único desde a Rua do Ferroviário e também da Rua José António Reimão Nogueira, em direção à rotunda Europa, que dá possibilidade, em sentido único, de colocar o estacionamento em espinha, e vamos ali desenvolver uma série de lugares de estacionamento, além de ordenar aquele espaço, porque consideramos que é vital para o desenvolvimento do Marco – é, sem dúvida, um polo de chegada e um polo de saída, quer da população, quer de quem nos visita.

Relativamente ao Presidente de Junta de Vila Boa de Quires e Maureles, Fernando Monteiro, gostaria de dizer que julgo que não é essa a razão. As pessoas, neste momento, estão isentas, aquelas pessoas que estavam ligadas àquelas fossas que estavam já em utilização, elas estão isentas; por isso, não vejo qualquer problema das Águas do Marco em que as mesmas se liguem. Tenho já conhecimento de que algumas pessoas, mesmo isentas, não recorrem à ligação e à contratualização do contrato junto das Águas do Marco. No entanto, vamos também fazer alguma força, alguma pressão para que possam ligar o quanto antes. Da parte das Águas



do Marco, também não compreendo, porque aquilo são clientes, e clientes que com certeza depois vão ter todos os meses a sua mensalidade. Por isso, será do interesse de todos, do município, do cidadão, da Junta de Freguesia e também das Águas do Marco, não tenho dúvidas.

Muito obrigado pela compreensão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, temos que submeter à votação o voto de pesar apresentado pelo Dr. Monteiro da Rocha. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, eu iria colocar à votação a moção apresentada pela Sra. Deputada Susana Loureiro. Não sei se têm presente aquilo que consta dessa moção, “Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios”. Partindo do princípio de que os Srs. Deputados sabem o que consta desta moção, se alguém quer algum esclarecimento, obviamente que será prestado.

Faça favor.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, bom dia, novamente.

Relativamente a esta moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista só tem isto a dizer: nós não estamos aqui a pôr em causa a finalidade da moção, mas como devem perceber, apresentar na Assembleia esta moção e votá-la, e falando possivelmente até da Dra. Susana, quando recebe um requerimento profissionalmente, em tribunal, tem que refletir sobre ele, nós aqui também teremos que o fazer. A única sugestão que eu deixo aqui é que nós, para sabermos o que vamos fazer, se entenderem levar esta questão a Reunião de Líderes, tudo bem; se quiserem fazer o número político que vocês querem fazer, não contem connosco.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faça favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, muito rapidamente, eu penso que está na Lei, e que todos devem conhecer (os que estamos cá), assim como no Regimento, que todos os Grupos Parlamentares são livres de apresentar as suas moções, os seus projetos de recomendação. E além do mais, ele foi aqui perfeitamente lido, foi respondido pela Sra. Presidente que o entendeu, e portanto, respondeu. Aquilo que nós pedimos é que simplesmente se vote. Não se trata – e para terminar – não se trata de um número político; trata-se de uma obra estruturante para o nosso concelho. E os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PS, ou estão de acordo com a construção do IC35, e querem recomendar ao Governo esse facto, ou não.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia, poderia pedir para ler novamente a proposta? Porque eu, que estou aqui, já não me lembro muito bem o que é que foi dito, as palavras. Uma coisa é a ideia geral que passa... Já que vamos votá-la, se calhar era bom que pudessem lê-la outra vez.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu vou fazer o seguinte: eu vou ler novamente a proposta da Dra. Susana Loureiro, e a seguir vamos proceder à votação. Obrigado.

“A Construção do IC35 é uma aspiração antiga das populações da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, essencial para responder às necessidades de mobilidade desta comunidade, para superar atraso estruturais e potenciar o desenvolvimento daquela que é das regiões mais empobrecidas da União Europeia.

Apesar da promessa eleitoral do Governo Socialista de José Sócrates, realizada em 2009 pelo seu Ministro das Finanças, esta importante obra nunca passou da retórica política durante Governos liderados pelo Partido Socialista.

A não concretização desta obra tem um impacto negativo na economia da região, nomeadamente devido ao congestionamento e à sinuosidade da via, que se traduz numa perda de competitividade das empresas exportadoras de Marco de Canaveses e Penafiel.

Os treze quilómetros que compõem o troço da EN 106 entre Penafiel e Entre-os-Rios são perigosos, sinuosos e o trânsito moroso. São centenas as sucessivas vítimas silenciosas desta via que é utilizada diariamente por vinte e sete mil veículos.

Este processo apenas teve desenvolvimentos durante as legislaturas em que o PSD liderou o Governo da República. Foi o anterior Governo que inscreveu esta obra no PETI 3+, reviu o traçado e avançou com o concurso da empreitada para a construção do IC35.

Em 2015, a Infraestruturas de Portugal, S.A., e o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, numa sessão pública realizada no Concelho de Penafiel, apresentaram o plano de construção das diversas fases do IC35, cujo financiamento foi garantido através do Orçamento de Estado.

Esta solução foi alcançada através da conjugação dos esforços das autarquias locais com o Governo liderado pelo PSD, que permitiu encontrar uma solução para resolver uma questão embaraçosa para todo o país.

Após a tomada de posse do atual Governo, liderado por António Costa, o concurso público para a construção do IC35, que se encontrava na fase final, foi novamente congelado pela gestão socialista.

Caso o atual Governo não tivesse inviabilizado uma vez mais a obra, neste momento estaríamos a assistir à conclusão da construção do troço “Penafiel – Rans” do IC35 e a preparar a ligação entre Rans e Entre-os-Rios.

O Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas referiu, em Comissão Parlamentar na Assembleia da República, que decidiu “suspender esta obra porque o estudo de impacto ambiental lhe foi desfavorável”.



No entanto, em ofício recebido pela Câmara Municipal de Penafiel, o Presidente das Infraestruturas de Portugal, a 30 de junho de 2016, refere que esta obra estruturante que ligaria Penafiel a Entre-os-Rios se encontra suspensa por falta de financiamento:

"O contexto orçamental das Infraestruturas de Portugal em 2016 obrigou à revisão do planeamento das ações a desenvolver, prevendo-se que a adjudicação desta intervenção apenas ocorra em 2017".

Entre a palavra do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e da empresa Infraestruturas de Portugal há nitidamente muitas diferenças.

Para além disso, passados dois anos e meio do anúncio do cancelamento desta importante obra, o Governo nada faz, continuando a colocar o IC35 na gaveta.

A verdade é que este Governo Socialista cancelou a obra do IC35 e retirou a verba de doze milhões de euros que lhe estava afeta, frustrando, mais uma vez, as expectativas da população da região do Tâmega e Sousa.

Assim,

I. Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses vem apelar ao Governo que promova, com caráter de urgência, a construção do IC35, dando continuidade ao planeado pelo anterior Governo PSD/CDS-PP.

II. No caso de aprovação da presente moção, que a mesma seja amplamente difundida nos órgãos de comunicação social locais e regionais, bem como dado conhecimento ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e às Câmaras Municipais de Penafiel e Castelo de Paiva.

Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018.
O Grupo Municipal do PSD de Marco de Canaveses."

Eu submeto, então, à votação esta moção. A questão é: nos termos do art.º 61.º do Regimento – eu vou-vos ler o que diz aqui no art.º 61.º, diz assim: "Os membros da Assembleia Municipal têm designadamente os seguintes direitos: apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara, veiculados pela Mesa da Assembleia; apresentar reclamações, protestos, contraprotostos e declarações de voto; propor alterações ao Regimento". É basicamente por aqui que eu penso que os senhores sustentam esta moção. A moção é, acima de tudo, uma recomendação.

Para ultrapassarmos este impasse, eu proponha que se procedesse à votação. Sr. Deputado, para lhe dar a palavra a si, tenho, naturalmente, que dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano. Sr. Deputado, faça favor.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---



Permitindo-me passar as saudações, naturalmente que a regra disto, e estão no direito de passar à votação, isso todos percebemos. Eu atrevia-me, de qualquer forma, atendendo à importância que tem este assunto, eu acho que era fundamental que ele tivesse unanimidade, como já teve aqui noutras situações do passado. E sinceramente, eu acho que ele peca por uma excessiva análise tendenciosa, e isso vai impedir que haja essa unanimidade. É a minha opinião pessoal. E eu reforçava o pedido para que fosse retirada, e fosse criada uma moção de consenso, que reunisse unanimidade, porque acho que, de facto, é um assunto muito importante, e que estamos todos de acordo com isso. Só que as culpas deste processo, de duas décadas já, são de todos os Partidos; não é só de um Partido, é de todos. Todos que lá passaram pelo Governo têm culpas no cartório.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

O Sr. Deputado Mário Luís apresenta isto como proposta para submeter à votação? A finalidade, não sei se não vai sair um bocadinho deturpada.

Srs. Deputados, relativamente à moção apresentada, quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Quer fazer declaração de voto? Sr. Deputado, faça favor.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Era só para apresentar uma declaração de voto do nosso Grupo. Considerando que todos os Partidos da área governativa têm culpas no atraso de décadas na construção do tão ansiado IC35, e apesar de sermos completamente a favor desta luta, não votámos favoravelmente esta moção por considerarmos que o texto da mesma peca por uma excessivamente tendenciosa análise política de todo o processo, o que, infelizmente, impede o desejado consenso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bruno Caetano, faça favor.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Relativamente ao ponto em votação, nós vamos apresentar *a posteriori* a nossa declaração de voto. Agradecemos que a Mesa depois também nos encaminhasse a moção, até para nós podermos basear mais concretamente isto. E também já dizer aqui que nós não estamos contra o que aqui foi votado, e que já admitimos que a Reunião de Líderes vamos levar uma moção que seja feita em conjunto, e que reponha a verdade da importância desta obra.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Passo a dizer o resultado da votação: catorze (14) votos a favor, dezanove (19) contra, e quatro (4) abstenções. Por isso, foi chumbada a moção apresentada pelo Grupo do PSD.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu peço desculpa por esta ligeira confusão, mas vai ter que ser. Vamos submeter à votação a proposta de recomendação pela isenção imediata de taxas de ligação à



rede de água e saneamento. Eu parto do princípio de que os Srs. Deputados sabem qual é o teor desta proposta de recomendação. Se quiserem que eu leia, obviamente que eu passo a lê-la. Eu vou proceder à leitura da proposta de recomendação:

“A questão das águas do Marco foi um dos temas mais aprofundados e debatidos ao longo de toda a última campanha eleitoral em Marco de Canaveses, sendo que na sua apresentação de candidatura a Dra. Cristina Vieira, à data candidata à Câmara Municipal de Marco de Canaveses, disse terem já sido realizadas várias reuniões da sua parte com a empresa Águas do Marco, existindo já um pré-acordo para a resolução do diferendo entre aquela empresa e o Município de Marco de Canaveses.

Por outro lado, a atual Presidente da Câmara, aos microfones da Rádio Clube de Penafiel, garantiu que com o Partido Socialista na liderança da autarquia iriam isentar de imediato os custos de ligação e de ramal aos Marcoenses.

É do conhecimento público que terão sido recentemente inauguradas a ETAR's de Maureles e de Fontambom, obras que tanto orgulham os cidadãos de Vila Boa de Quires e Maureles, bem como os de Alpendorada, Várzea e Torrão, o PSD e todos os Marcoenses.

O Partido Social Democrata, à semelhança daquilo que tem sido a sua postura nesta Assembleia, prima pela transparência e seriedade. Contudo é do conhecimento da Bancada Social Democrata que a população continua a receber cartas com custos de ligação elevados por parte da empresa Águas do Marco, ao arrepio do que fora prometido durante a campanha eleitoral pela agora Presidente da Câmara, Cristina Vieira.

O Partido Social Democrata sente-se com tudo isto na responsabilidade política de exigir ao Executivo Socialista da Câmara Municipal de Marco de Canaveses que faça jus às suas promessas, que honre a sua palavra e que isente não apenas os cidadãos de Vila Boa de Quires e Maureles e de Alpendorada, Várzea e Torrão, mas sim todos os Marcoenses destes custos de ligação, que passados cerca de cento e vinte dias de mandato continuam a ser uma realidade para todos aqueles que acreditaram naquilo que comunicou o Partido Socialista.

Assim,

I. Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses vem recomendar à Câmara Municipal de Marco de Canaveses que honre a sua promessa e promova a isenção de todos os custos de ligação e de ramal a todos os Marcoenses.

*Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018
O Grupo Municipal do PSD de Marco de Canaveses”*

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Faça favor, Sr. Deputado.

--- Bruno Caetano (PS) ---



Relativamente ao ponto em votação, nós também vamos fazer chegar a nossa declaração de voto, concordando na essência do que foi posto aqui à votação, mas iremos apresentar a nossa votação, com algumas correções que nós achamos necessárias para ser mais explícita esta nossa referida votação.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

É só mesmo uma nota, não preciso de dois minutos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu dei autorização à Sra. Presidente para ela usar dois minutos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, muito obrigada por me ter deixado intervir.

Dar nota do seguinte, em relação a esta votação: não é para algumas freguesias, é para todas – porque aquilo que está aqui versado é para algumas freguesias; o que está ali versado é falar em algumas freguesias, mas é para todas. E depois, o que aqui foi dito é que a isenção tem que ser imediata, e eu já disse há bocado que nós não vamos ceder a pressões, esta é uma atitude que nós vamos ter que tomar em conta com muita responsabilidade, e por isso, a única coisa que eu tenho que dizer em relação àquilo que foi votado é que não é imediato, e que não é para algumas freguesias, mas será para todas as freguesias do concelho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Um minuto, Sr. Deputado.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, é, de facto, um pedido de esclarecimento, de acordo com o que está vertido no nosso Regimento. Eu pedia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que lesse a parte final da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD sobre a quem é que se destina a isenção, se apenas a duas freguesias, como foi agora dito pela Sra. Presidente da Câmara, ou a todos os Marcoenses, como nós dissemos aí nessa moção. Pedia esse esclarecimento, e que fosse lido, por favor, para que fiquemos todos mais esclarecidos sobre a quem é que se destina esta isenção imediata.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

“A isenção de todos os custos de ligação e de ramal a todos os Marcoenses”. É, de facto, aquilo que consta.



Srs. Deputados, vamos passar ao período de intervenção do público. Solicitamos às pessoas interessadas em inscrever-se que o façam já de seguida, informando o nome completo. Temos apenas três inscrições, não há mais ninguém a querer inscrever-se.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Vou recapitular as pessoas que estão inscritas, e a seguir tomam a palavra. Então, temos Raquel Emília Sousa Pereira, Olímpio José de Almeida e Anabela Maria Correia Pinto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu dou a palavra à Sra. Raquel Sousa Pereira. São três minutos, por favor.

--- Raquel Pereira (Munícipe) ---

Deixo desde já os cumprimentos a todos os presentes na sala, e aos que estão a ouvir, não estando a singularizar ninguém.

Em primeiro lugar, e em representação do Futebol Clube de Paços de Gaiolo, agradeço a este Executivo Camarário por ter avançado novamente com o concurso para o desejado sintético, assim que reunidos com o clube, perceberam o empenho e a autossustentabilidade do mesmo.

Enquanto mãe de dois atletas, lamento que no dia 8 de dezembro tenha sido prometido pelo Sr. Presidente da Junta ajudar financeiramente o clube, ainda não o fez, ainda que na apresentação de contas de 2017 tenha discriminado apoios financeiros às associações da freguesia.

O segundo ponto prende-se com a necessidade urgente de exercer pressão junto da EDP. O antigo bairro está a tornar-se uma lixeira pública (como anexo em fotos) e a repetir-se novamente o incêndio do ano passado, ficam duas povoações em risco, sendo que numa delas os habitantes têm, em média, oitenta anos, o que tornará mais difícil a fuga, caso necessário. Incluo também a Praia Fluvial de Paços, que está completamente abandonada, com acesso direto ao rio e com barcos abandonados pelo espaço. Não conseguimos aqui perceber de quem é a responsabilidade, se é da Junta, se é da Câmara, ou do estabelecimento comercial instalado numa sede pública. Provavelmente haverá um contrato de concessão do bar, ainda que estranhe o facto de existir um cabo de média tensão a um metro e meio de altura, como podem comprovar nas fotografias.

Torno a relembrar – como último ponto, mas não menos importante – que enquanto representante dos pais da Escola EB1 de Paços de Gaiolo, onde foram gastos no último ano cinquenta mil euros (50.000€) pelo anterior Executivo, que também se comprometeu a juntar o Jardim de Infância do Barreiro, instalado numa sala da antiga sede da Junta, de forma a economizar custos com transportes, colaboradoras, instalações, e permitindo assim que também Paços de Gaiolo não fique sem escola.

Deixo também aqui um aparte sobre as Águas do Marco e saneamento: se realmente o PSD se orgulha do facto de durante doze anos não ter incluído Paços de Gaiolo nessa rede, assim como as estradas municipais – e dou o exemplo da estrada que liga Montedeiras a Fandinhães, onde existe uma capela que está incluída na Rota do Românico, que estava quase tapada com mato, e é com muito agrado que vejo finalmente ser limpa. Mas, agradeço profundamente o momento humorístico que nos proporcionou nesta Assembleia.



Obrigada. Bom dia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Olímpio José Almeida.

--- Olímpio Almeida (Município) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Vieira, Sra. e Sr. Secretários, Exma. Presidente da Câmara Municipal, Dra. Cristina Vieira, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público, comunicação social, Marcoenses:

Atendendo que é esta a minha primeira intervenção nesta Legislatura, permitam-me V. Exas. que lhe dê os parabéns pela eleição, e lhe deseje as maiores felicidades nesta difícil mas nobre missão ao serviço do Marco e dos Marcoenses.

Hoje trago aqui um assunto de trânsito, de interesse público, localizado aqui bem perto dos Paços do Concelho, entroncamento da Rua dos Chãos com a Rua Engenheiro Manuel Carneiro Geraldês. Aquando da requalificação da área urbana da cidade, foi retirado um sinal de STOP da Rua dos Chãos e colocado na Rua Engenheiro Manuel Carneiro Geraldês, ficando a partir daí a Rua dos Chãos com prioridade sobre a Rua Engenheiro Carneiro Geraldês. A sinalização atual, associada às anormalidades que existem, representa, no meu entendimento, um atentado à segurança de pessoas e bens e ainda um desrespeito às boas normas da legislação rodoviária. Será que é normal uma rua de sentido único, que é a dos Chãos, sem qualquer visibilidade, ter prioridade sobre uma rua de dois sentidos? Sinceramente, não me parece. Será que é normal que um condutor que circule na Rua Engenheiro Manuel Carneiro Geraldês, no sentido do hospital, para cumprir a legislação atual, tenha que parar em cima da passagem de peões, em nítida violação do preceituado no art.º 49.º do Código da Estrada, a que corresponde uma multa, ou uma coima, de trinta euros (30€), ou sessenta euros (60€) caso existam ali peões para passar? Será que é normal que um condutor que transite na Rua Adelino Amaro da Costa e que vire para a Rua Engenheiro Manuel Carneiro Geraldês, para cumprir a legislação atual, tenha que recuar no entroncamento para ceder passagem aos veículos que provêm da Rua dos Chãos, em nítida violação do preceituado no art.º 47.º do Código da Estrada, como sendo manobra perigosa punível com uma coima de sessenta euros (60€)? Sinceramente, não me parece.

Eu sei que foi argumentado em tempos que o sinal foi alterado porque a Rua Engenheiro Carneiro Geraldês era uma rua sem saída, e é verdade; mas também não é verdade que essa rua tem dois sentidos? Também é. Mas, também não é verdade que passam ali várias dezenas de carros, ou até centenas, diariamente? Que, na minha opinião, tornam irrelevante essa argumentação. Na verdade, podia até dizer aqui que, a título de exemplo, a estrada municipal que liga a Estrada Nacional 15 às antenas da Serra do Marão também é sem sentido, e não é por isso que não tem os respeitantes sinais de STOP ao longo do seu percurso.

Eu, por acaso, a título de curiosidade, fiz um estudo ao trânsito que circula na Rua dos Chãos, e cheguei à conclusão que oitenta e cinco por cento (85%) dos condutores que ali passam têm o bom senso e a prudência de chegar à interceção do entroncamento, e param, porque têm a noção do perigo, mas dez por cento (10%), menos prudentes, chegam ali e apenas abrandam, e



vão andando, andando, andando e passam. Mas, cinco por cento (5%) dos condutores que passam na Rua dos Chãos pensam que circulam numa autoestrada, e com a velocidade com que vão na Rua dos Chãos, assim entram no cruzamento. E aqui é que existe o perigo, nestes cinco por cento (5%), e é o perigo destes cinco por cento (5%) que tem que se fazer cessar, a que tem que se pôr cobro, porque é um perigo permanente.

E para terminar, peço à Sra. Presidente de Câmara que ordene o mais urgente possível a retirada do sinal de STOP que está na Rua Engenheiro Manuel Carneiro Geraldês e o recolha na Rua dos Chãos – ainda que temporariamente, até à próxima reunião desta Assembleia – devolvendo àquele entroncamento a segurança que todos desejamos e que é merecida.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra à Sra. Anabela Maria Correia Pinto.

--- Anabela Pinto (Munícipe) ---

Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, deputados, cidadãos:

Eu venho aqui dar conta de uma preocupação decorrente de um acidente de viação na quarta-feira, em Alpendorada, na Nacional 108.

Antes disso, Sra. Presidente, nós somos cidadãos que exigimos, e muito, e também temos que ser mentalmente honestos e aplaudir, se necessário de pé, as iniciativas dignas de tal. Queria felicitá-la pela iniciativa inédita de proximidade ao cidadão com as idas às freguesias. É certo que não resolverá os problemas no imediato – creio para mim que não haja fórmulas mágicas para tal; no entanto, o importante aqui é, exatamente, a proximidade ao cidadão, tão necessária.

Também dar conta que como funcionária da Escola Secundária de Alpendorada, também eu me congratulo com o início das obras. Depois de incessantemente a Direção da Escola ter manifestado a preocupação, após o último Conselho Geral, do qual eu também faço parte, as obras serão finalmente uma realidade.

Na quarta-feira, no fim do dia, junto à Rua Mário Santos – está ali o Sr. Presidente de Junta, que deve conhecer perfeitamente – ocorreu um acidente no sentido descendente. Um veículo descia a Rua Mário Santos, que é uma rua que vem dar à Nacional 108, onde há uma casa que não permite a visibilidade para o lado esquerdo. O acidente foi muito aparatoso. Não foi o primeiro, e não será com certeza o último. O que eu trazia aqui era que Junta e Câmara se agregassem no sentido de tornar a Rua Mário Santos de sentido único, no sentido ascendente, e a Rua da Lama de sentido único descendente, uma vez que é paralela.

Desejo um bom trabalho a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sra. Presidente, tem a palavra para efeitos de resposta às intervenções do público.



--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação à munícipe Raquel Pereira, agradecer a intervenção que nos fez chegar. Dar-lhe conta que algumas das preocupações que nos fez cá chegar, nós vamos recolher informação também.

Mas, só dar duas notas: em relação àquilo que designou de Praia Fluvial de Paços, a única coisa que lhe posso dizer – porque me passou pelas mãos há muito pouco tempo o contador da luz daquele bar que existe nesse espaço, e era um contador que ainda estava como sendo provisório, para obras, embora já lá vão muitos anos em que não devia estar, é verdade, mas é um contador de obras requisitado pela Câmara Municipal, e que nós fizemos questão de chegar à Junta de Freguesia, e que se encontra neste momento a resolver o assunto porque, efetivamente, aquele espaço é um espaço da propriedade da Junta de Freguesia, e que estão, com a EDP, a tentar solucionar a questão. Dar-lhe nota de que a EDP só colocará um contador para a Junta de Freguesia quando também as obras estiverem em conformidade, porque acho que sabemos todos que aquelas obras que lá estão não estão em conformidade com a Lei (do bar). E por isso, o primeiro passo é tornar o espaço legal, e depois sim, então pedir um contador em nome da Junta de Freguesia, que já está por dentro do assunto, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já levou essa indicação nossa, e está a tratar do assunto.

Em relação à EB1 de Paços, dar-lhe conta de que essa também já foi uma questão que nos foi colocada, quer pela Sra. Professora, quer pelos pais também. No decorrer dos próximos meses, vamos preparar o próximo ano letivo, e esta informação será amplamente discutida com os pais, e também com os agentes educativos. E por isso, nessa altura, quando tivermos uma solução em cima da mesa, também agradeço que nos faça chegar, através dos pais, também qual é a vossa pretensão, e se podemos ir de encontro a ela.

Em relação às questões aqui colocadas pelo Sr. Olímpio, agradeço também as felicitações que nos deu. E em relação às questões de trânsito, dizer-lhe que, como é lógico, eu irei pedir os pareceres aos técnicos da autarquia sobre a questão deste sinal de STOP da Rua dos Chãos. Por aquilo que percebi, já é uma situação que já tem algum tempo, e que vamos tentar perceber, efetivamente, quais foram as condições que levaram a colocar lá o sinal, e se, efetivamente, é possível mudá-lo.

Dar-lhe nota do seguinte, e acho que isto pode ajudar: a questão do trânsito aqui em frente à escola primária é uma questão que diz respeito a todos, e acho que é notória a confusão que ali se gera durante os períodos em que os pais levam os filhos à escola, e que vão buscá-los. Há períodos mais críticos: no período da manhã, na entrada dos alunos, na hora do almoço e no final da tarde. Nós já tentámos remediar – se assim podemos dizer – a situação, colocando ali os Srs. Polícias Municipais da autarquia nos períodos mais críticos, a tentar controlar o trânsito naquela zona. Mas, acho que há aqui uma situação nova de que, efetivamente, nos foi dado conhecimento ontem, e que pode ajudar: como sabem, o Arq.º Siza Vieira não tinha dado autorização, durante estes últimos quinze anos, a realizar a travessia do caminho pedonal – por isso é que aquela rua é uma rua sem saída, como sabem, nós chegamos ali à frente da escola, anterior entrada principal da Escola Secundária, e é uma rua sem saída, temos que voltar para trás, e por isso é que também ajuda a que o trânsito ali não flua com a naturalidade que nós



gostaríamos, e ajuda até, às vezes, a ter ali um caos, porque eu já assisti a esse caos no período mais crítico da manhã. E dizer-lhe que reuni com o Arq.º Siza Vieira na quarta-feira, porque nós sabemos que as pedras desse muro, que embora seja um caminho pedonal, estão a ceder, e coloquei-lhe a questão em termos de segurança, porque a responsabilidade é da autarquia, e temos que resolver aquele assunto. O Arq.º Siza Vieira mostrou-se, pelos vistos, mais sensível do que aquilo que se tinha mostrado durante estes últimos quinze anos, e fez uma visita ontem ao local connosco e com os técnicos da autarquia. E parece que agora, aquilo que ele terá defendido durante os quinze anos a esta parte, que não autorizava que o trânsito fluísse naquele caminho, para podermos fazer a ligação ao Bairro dos Murteirados, ontem deu-nos a resposta que sim, que aceita. E por isso, eu acho que isso vai resolver um problema estruturante do trânsito na cidade, e para nós também é uma boa notícia. Ele ficou de fazer agora a alteração ao muro e à mobilidade – é uma pequena via para que os carros também possam fluir com naturalidade ali junto à igreja e ao lar da Santa Casa da Misericórdia. Também dizer-lhes que a Santa Casa da Misericórdia vai ceder algum terreno, porque vamos ter que alargar para dentro do jardim que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia – e desde já deixar essa nota, porque estudámos até a hipótese de passar a estrada pela parte de trás do jardim de infância e da creche da Santa Casa da Misericórdia, mas que o Arq.º Siza Vieira viu a obra como sendo muito complexa e que não teria viabilidade, e por isso acabou por perceber que a única forma de nós resolvermos o trânsito no centro da cidade será mesmo ele permitir que o trânsito flua naquilo que hoje é um caminho pedonal, e que vai tornar essa via como uma via onde o trânsito vai poder fluir. E também isso vai ajudar certamente a resolver este problema que o Sr. Olímpio aqui nos deixou.

Em relação à munícipe Anabela Correia Pinto, em relação ao acidente na Estrada Nacional 108, dar-lhe conta de que nós já fizemos um pedido de alteração – ou sugestões – das posturas de trânsito às Juntas de Freguesia, o Sr. Presidente da Junta há de fazer chegar essas recomendações ou sugestões – já fez chegar, aliás, pelos vistos já fez chegar, o Sr. Vereador do Trânsito diz-me que já fez chegar, o Sr. Presidente da Junta, essas alterações ou sugestões, que serão alvo de visita à freguesia pelos nossos técnicos, e vamos, então, avaliar as possibilidades que existem em fazer esta alteração, ou não. E por isso, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal vão tentar arranjar uma solução viável para esse e outros problemas que nos podem ser eventualmente colocados pela Junta de Freguesia.

Em relação às nossas visitas, e às palavras que nos deixou em relação à proximidade aos cidadãos, de facto, estamos muito satisfeitos com o resultado das nossas visitas às freguesias. Ainda não fizemos o mês todo, foi o primeiro mês. Vamos fazer esta iniciativa durante o nosso mandato, como já tinha sido dito aqui, e como tinha sido assumido também em campanha eleitoral pelo Partido Socialista. Têm sido visitas muito frutíferas, têm-nos feito chegar vários tipos de problemas, mas tem sido um contato muito positivo para a Câmara Municipal, os meus vereadores e eu estamos muito satisfeitos com, de facto, o resultado das visitas às freguesias, com a forma como os Srs. Presidentes de Junta também se estão a envolver nestas matérias, acho que é bom, é salutar para a democracia que assim seja, e sobretudo será bom para os Marcoenses, que vão ter esta oportunidade de estar com o Executivo da Câmara Municipal uma vez por mês, em cada uma das dezasseis freguesias do concelho.

Muito obrigada.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, são doze horas e nove minutos (12h09), eu penso que está na hora de fazer o intervalo para almoço. Seguimos? Fazemos um intervalo de quinze minutos. Dez minutos, então, de intervalo.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu pedia que se sentassem para retomarmos os trabalhos, e verificarmos quem é que se pode ter ausentado.

Ora, vamos entrar no **Ponto n.º 3.1**, Apreciação da informação escrita da Presidente de Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia, a informação escrita foi remetida aos Srs. Deputados, não tenho mais nada a acrescentar.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, está aberto o período de inscrição. Ora, temos inscritos para usar da palavra...

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Eu vou dizer o nome das pessoas, primeiro e último nome: a deputada Estela Freitas, o deputado Américo Moreira, o deputado Miguel Queirós, o deputado Domingos Neves, o deputado Bruno Caetano e o deputado Monteiro da Rocha.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu dou a palavra à Sra. Deputada Estela Freitas.

--- Maria Estela Freitas (PPD/PSD) ---

Muito bom dia, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Exma. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público aqui presente, órgãos de comunicação social, e a todos que nos acompanham pelas vias de comunicação.

Lida e analisada a informação escrita da Sra. Presidente, julgamos oportuno questionar ou solicitar mais informações acerca de diferentes rubricas constantes do documento referido.

Começamos pela ação social. A informação sobre a atividade deste gabinete é muito sintética e limita-se praticamente – não é só, mas praticamente – a apresentar um dado estatístico, o número de processos ativos entre 11 de dezembro e 14 de fevereiro. Com este tipo de informação, não se percebe, por exemplo, se aumentaram os processos ativos ou baixaram em relação a iguais períodos anteriores, se baixaram ou aumentaram as situações de carência no



concelho. Questão: devemos esperar que a ação do Gabinete Municipal de Ação Social venha a ser mais ambiciosa?

Habitação social: são referidas oito intervenções. Neste âmbito, perguntamos: que medidas de fundo planeiam para o setor?

Educação: congratulo o Executivo por dar continuidade ao Programa Ecoescolas, programa esse implementado e apoiado pelo Executivo PSD em mandatos anteriores. Parece-nos que a integração deste novo projeto “Rota da Floresta” é interessante, e com certeza será profícuo no que respeita à sensibilização das crianças e jovens deste concelho. Também apreciamos a continuidade no apoio de jovens do concelho para que possam integrar o programa Universidade Júnior 2018.

Cultura: nesta rubrica estão elencados alguns eventos ocorridos; porém, chamamos à atenção para a forma de divulgação dos mesmos. O boletim informativo que havia anteriormente, ou a agenda cultural, já não é disponibilizado. Perguntamos que razão é que subjaz a esta decisão, ou então, na falta deste boletim, de que veículo dispomos para a divulgação do calendário cultural do município.

Proteção Civil: constatamos que por diretiva do atual Governo, a Câmara, em articulação com outros parceiros, tem procedido a intervenções de limpeza de vegetação em vários locais, no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Só uma mera curiosidade, se para o efeito a autarquia recebe mais contrapartidas financeiras por parte do Governo, uma vez que tem mais custos com esta atividade.

Obras em curso: no que concerne à remodelação da fachada do Estádio Municipal em Alpendorada, e dado que a obra evolui a um ritmo lento, perguntamos se há previsão da data de conclusão, se a data de conclusão está definida ou contratualizada. Sublinhamos que as empreitadas elencadas, quer como obras em curso, quer relativas ao ciclo urbano da água, foram, se não todas, em grande parte adjudicadas pelo anterior Executivo PSD.

Resumo da execução orçamental: sublinhamos o saldo da gerência anterior, no valor de onze milhões (11.000.000€), para lembrar que o Executivo anterior foi, e era de boas contas e deixou uma situação algo confortável para o atual Executivo.

Termino com uma breve referência à informação que deveria constar acerca das reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, e lembro que pelo menos no mandato anterior os deputados da Bancada do PS criticaram essa falha ao Executivo. Pergunto: deveremos contar com essa informação em próxima realização da Assembleia Municipal?

E de momento, é tudo que se nos oferece dizer. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado Américo Moreira, se faz favor.

--- Américo Moreira (PPD/PSD) ---



Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, caros Marcoenses:

Com esta intervenção, pretendo alertar e manifestar a minha preocupação perante aquela que tem sido a atuação deste Executivo no que diz respeito às políticas de juventude – ou neste caso, à falta delas. Como podem analisar na informação escrita da atividade municipal, a juventude e a ação juvenil são absolutamente esquecidas. O *slogan* da campanha eleitoral do Partido Socialista dizia “É tempo de avançar”, mas não existe progresso nem evolução quando se tem um Executivo que não aposta na juventude nem prepara o futuro dos Marcoenses. É necessário valorizar de forma profissional, clara e afirmativa a envolvimento e a participação dos jovens no desenvolvimento da cidade.

A Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata entende que é necessário estimular a participação de jovens, bem como do movimento associativo juvenil, proporcionando assim um envolvimento direto nas decisões que são necessárias para o Marco. Nós sempre procurámos, e iremos sempre lutar para ir ao encontro das necessidades prementes dos jovens que são elemento fundamental do concelho. A autarquia não tem qualquer colaboração com as escolas secundárias, superiores, centros de formação e associações que visem a integração de jovens no mercado de trabalho, nem nenhuma preocupação na integração de jovens com necessidades especiais. Com o pouco tempo de governação, aquilo a que os jovens Marcoenses têm assistido é à inauguração de obras do anterior Executivo, obras essas onde a preocupação da formação juvenil é visível, como por exemplo, os sintéticos nos vários campos de futebol para a formação desportiva, e continuam expectantes porque as propostas eleitorais não saem do papel, e ainda são meras promessas. Eu não quero que a juventude Marcoense seja uma juventude a prazo.

Aproveito também para mencionar que aquilo que o Governo Socialista e que o Presidente da Junta de Vila Boa do Bispo vieram aqui dizer relativamente à Escola de Alpendorada não é um investimento; é, sim, uma necessidade, porque o Estado tem por obrigação moral zelar pela segurança e pela integridade das pessoas.

Relativamente às várias visitas da Sra. Presidente às freguesias do nosso concelho, aproveito também para questionar a Sra. Presidente se nessas mesmas visitas tem convidado os Presidentes de Junta a estarem presentes com a mesma, e com o Executivo.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Queirós.

--- Joaquim Queirós (Presidente J.F. Paredes de Viadores e Manhuncelos, PS) ---

Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, muito bom dia, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, muito bom dia, Srs. Deputados, caríssimo público e comunicação social.

É com muito orgulho que vejo as promessas eleitorais a serem cumpridas. Quando na campanha eleitoral ouvimos a Sra. Presidente dizer que ia uma vez por mês às freguesias ouvir a população, existiam vozes que diziam que ia ser impossível, que nunca iriam conseguir visitar



uma vez por mês. Mas como se consegue ver, é possível, e não só é possível como já é uma realidade. Prometemos, cumprimos.

Deixo também aqui uma nota relativamente à Proteção Civil, em que o Executivo teve a coragem de pegar no problema do combate às abelhas asiáticas e iniciar-se um verdadeiro combate com o objetivo de eliminarmos esta praga. Não basta fazer o combate, mas é importante pararmos e decidirmos qual a melhor intervenção a fazer. E com muito contribuíram as reuniões que se fez com os apicultores do nosso concelho, e também de fora, que melhor conhecem o problema. Muitos parabéns.

Relativamente ao saldo de gestão deixado pelo Executivo anterior, bem, é preciso que esse saldo fique, porque temos que pagar também as obras que o PSD fez na campanha eleitoral, e que ainda não foram pagas. Por isso, têm que deixar dinheiro para pagar. Pode não chegar para pagar algumas das decisões que o PSD tomou, como por exemplo, com as Águas do Marco.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Neves.

--- Domingos Dias (Presidente J.F. Alpendorada, Várzea e Torrão, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas Presidentes de Junta, colegas desta Assembleia, comunicação social e público:

Permita-me, Sr. Presidente, e uma vez que não estive na primeira reunião desta Assembleia por motivos de saúde, desejar a todos um bom mandato nesta difícil missão que o povo do Marco de Canaveses nos confiou.

E vinha aqui – também peço permissão ao Sr. Presidente da Assembleia – vinha aqui porque hoje já se falou aqui mais em Alpendorada do que, se calhar, em muitas reuniões desta Assembleia. E só me vem dar razão, dizendo que Alpendorada é diferente das outras freguesias, diferente para melhor. Fico satisfeito com isso. Já se falou aqui da Cruz Vermelha, da casa mortuária, do Centro Náutico, da Escola Secundária, do IC35 – que eu relembro que já aqui fiz uma proposta que foi aprovada por unanimidade, e que não teve até hoje frutos nenhuns.

E queria só – se me dá licença, Sr. Presidente – dar aqui um esclarecimento, que me parece que não foi bem esclarecido pela Sra. Presidente de Câmara. Quanto à casa mortuária e à Cruz Vermelha de Alpendorada, foi aqui dito por um Sr. Deputado, que até se diz Alpendoradense, e até diz que tem boa relação comigo, e tem, devia primeiro perguntar o que se passa, e depois chegar aqui com estas notícias tão desagradáveis.

A Cruz Vermelha, ainda não está terminada a obra, falta o seu interior todo. É bom que se digam verdades, e não se venham para aqui com atoardas. Cruz Vermelha, falta fazer o seu interior no piso superior. Penso que a Direção da Cruz Vermelha já teve uma reunião com a Sra. Presidente de Câmara, e deve ter-lhe feito chegar esse problema.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Domingos, peço desculpa, mas não está na informação escrita da Sra. Presidente, por isso pedia-lhe que se cingisse à informação escrita.

--- Domingos Dias (Presidente J.F. Alpendorada, Várzea e Torrão, PPD/PSD) ---

Por isso eu pedi permissão, Sr. Presidente. Por isso, não está terminada, não se pode pôr a funcionar.

Quanto à casa mortuária, só para esclarecer que não está a funcionar porque faltava o mobiliário, como disse, e muito bem, a Sra. Presidente. Congratulo-me que vamos receber uma parte para o mobiliário. E também por uma questão que nos ultrapassa: a casa mortuária, para começar a funcionar, precisa de autorização do bispo. E o bispo, como todos sabem, faleceu no princípio do ano. Não temos bispo, e o Sr. Padre continua a dizer-me que enquanto não tiver bispo, não consegue autorização para que a casa mortuária comece a funcionar, dando-lhe o seu efeito que todos pretendem.

Era só esse esclarecimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, bom dia novamente.

Relativamente à informação escrita remetida pela Sra. Presidente aos deputados, devo ressaltar que estes cerca de cento e vinte dias de governação por parte deste Executivo já nos trouxeram aqui algumas mudanças relativamente ao anterior, que deixo às pessoas se é para melhor ou para pior, sendo que para mim, há grandes diferenças para melhor. Uma delas prende-se logo com a comunicação, e eu julgo que os cem dias de governação foram assinalados de uma forma diferente e comunicativa. Sei que alguns da sala aqui presentes também assistiram àquilo a que eu assisti, foi uma intervenção através do *live streaming* do *Facebook*, onde a Sra. Presidente da Câmara teve a oportunidade de fazer uma ressalva do que foi feito, e inclusive ser interpelada por alguns munícipes sobre algumas das situações, aos quais também deu resposta. Por isso, acho que revela uma das situações de proximidade.

Relativamente ao Gabinete de Ação Social e CPCJ, é de ressaltar que o número de processos nos deve preocupar, que eu vejo lá inscritos duzentos e noventa e sete processos no Gabinete de Ação Social, e cento e setenta e um processos na CPCJ a decorrer, acho que são números que temos que ter em conta, e que devemos perceber o que é que isto nos quer dizer, até para traçarmos mais concretamente uma “radiografia social” do concelho, porque acho que essa também é uma das situações que a nós, Partido Socialista, muito nos preza.

Dizer que é com muito bom agrado que eu vejo o apoio da Câmara Municipal à Confraria do Anho Assado com Arroz de Forno na candidatura às “Sete Maravilhas à Mesa”, que eu acho que é uma situação que pode muito potencializar este concelho, já que é uma aposta – e espero que seja uma aposta concisa, e não de palavras – no turismo, e esse poderá ser um fator



dinamizador para o nosso concelho, e transversal a todo o Marco. Por isso, acho que é importantíssima esta relação entre estas duas instituições.

Eu não sei se isto teria acontecido nos anos anteriores, mas para mim foi novidade haver um torneio de boccia sénior no Marco. Acho que é importante nós, neste tipo de atividades, fazê-las – eu estou a dizer que não sei se existia ou não existia, e estou a dizer a minha opinião de agora – acho que é importante este tipo de atividades, até porque nesta faixa etária, e até porque também é um desporto em que nós ganhamos muitos prémios a nível internacional, e acho que pode ser potencializado a um outro nível. Se ele foi feito, acho que foi muito bem feito, mas acho que nós também o devemos potencializar para outro nível, acho que isto não deve ser um evento único para preencher calendário, tem que ser alguma coisa ponderada para nos promover ao nível do exterior relativamente a estas questões.

Também vi que foi criado o Conselho Local para a Igualdade, onde foi convidada a Dra. Amélia, da Santa Casa da Misericórdia, para ser a sua conselheira, e acho que essa é uma questão fundamental relativamente ao estado da sociedade atual.

Também percebi que houve intervenção em catorze parques infantis ao longo do concelho, e também sei – porque também já ouvi essa questão agora aqui dizer, relativamente até ao saldo de gerência que nos passam, nós aqui temos de perceber o que queremos: ou vamos concluir as obras que estão programadas, e não temos volta a dar, porque nós não podemos puxar a fita do tempo atrás, se elas estão programadas e cabimentadas, conforme aqui já foi dito, têm que ser executadas. Agora, nós não podemos fazer de conta que não existe o passado. É verdade, agora as obras têm de ser feitas e têm que ser anunciadas por nós, porque é o Partido Socialista que está a liderar esta Câmara atualmente. Não há maneira de contornarmos isso.

Para terminar, um aparte que me lembrou agora: nós vamos chegar agora ao período pascoal. Eu também sou um amante da pirotecnia, e acho que a Câmara poderá fazer alguma ação junto das comissões, etc., para que não aconteçam acidentes, conforme já presenciámos num passado muito próximo. Não tem nada a ver com a informação escrita, mas peço desculpa, lembrei-me desse pormenor, que eu acho que é importante, na passagem das licenças, que é um assunto que pode ter impacto na nossa sociedade.

Obrigado e boa tarde.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Dr. Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vinha falar aqui num assunto que é abordado pela Sra. Presidente, que é concretamente a limpeza da floresta, que é abordado no Ponto 2 da educação, na Rota da Floresta, no Ponto 4, Proteção Civil e Bombeiros, e até no Ponto 5, sobre a Polícia Municipal.

Srs. Deputados, na sequência dos incêndios de junho em Pedrógão Grande, e de outubro, já mais para o centro e para a nossa região, gerou-se um clima de radicalismo e um clima de alarme nas populações que chegou ao cúmulo de as pessoas até já estarem a cortar árvores de



fruto, etc. E portanto, é preciso cabeça fria e serenar os ânimos, e mesmo a Legislação e o Governo, nomeadamente – eu já ontem vi uma entrevista do Secretário de Estado, também já a deitar um bocado de água na fervura nisto, porque senão vamos do oito ao oitenta. E eu queria tocar aqui alguns assuntos, porque isto, há árvores – parece que agora querem deitar as árvores todas, tudo raso, o coberto vegetal, tudo raso. Isto não pode ser assim. Há árvores que potenciam o fogo, nomeadamente os eucaliptos e os pinheiros, e devem ser contidas, mas há árvores que protegem do fogo, e essas devem ser salvaguardadas, como é o caso, como nós sabemos, dos carvalhos, dos sobreiros, dos medronheiros, etc. E as pessoas começam a cortar tudo, e é bom que comece a haver algum cuidado nisto. E o mesmo digo em relação ao coberto vegetal, que uma coisa é rapar os montes e sujeitá-los à erosão, que depois vai entupir as nossas barragens e estragar os solos, outra coisa é cortar o excesso de matos e silvas que são potenciadores de incêndios. E no meio disto tudo tem de ficar o coberto vegetal que não pode ser tirado. O coberto vegetal é necessário para aguentar os terrenos, é necessário para que os arbustos dos montes se aguentem e floresçam, é necessário para as abelhas polinizarem e para os animais selvagens viverem no seu *habitat*, porque não se percebe que um país que anda agora com tantas preocupações do *habitat* do lince ibérico rape os montes, que deixe de haver coelhos. Quer dizer, nós não podemos ser radicais e andar a fazer uma coisa contra a outra. Portanto, é preciso ter muito cuidado, e proteger. Não é preciso rapar os montes, é preciso proteger e deixar florescer os arbustos dos montes. Quer dizer, eu creio que dentro deste clima de alarme e de ameaça às pessoas que estão a ver, eu creio que se justifica, a nível do nosso município, uma atuação que privilegie a ação preventiva e a informação das pessoas – mas não só genérica; em cada caso concreto – e que antes de se passar à fase repressiva, de autos, de multas, etc., que se tenha essa ação preventiva, e só em última análise se vá à fase repressiva. E que este exemplo, se a autarquia seguir esta conduta, ou esta política que eu estou a sugerir, que este modo de proceder também sirva de exemplo à GNR, que também não pode enveredar agora aqui por um caminho repressivo sobre a sociedade civil, que não tem culpa nenhuma disto; a culpa têm as autoridades ao longo destes anos todos, que não tiveram políticas de planeamento e de gestão adequadas da nossa floresta, e não pode ser agora o “zé-povinho” sempre a pagar os erros, efetivamente, das pessoas, e é preciso que as autoridades atuem com calma, porque realmente não é assim. Eu estou a falar porque eu também fui vítima dos incêndios, e foi-me ao bolso, mas tenho que ter cabeça fria.

E já agora, vou tocar aqui um assunto em termos de urbanismo, que é o seguinte: era conveniente que os serviços municipais fossem extremamente rigorosos nos licenciamentos e nos loteamentos, de modo a que cada casa, cada prédio tenha uma área de salvaguarda própria, de modo a que não encoste a casa ao prédio do vizinho, e depois queira que a área de salvaguarda vá para o prédio do vizinho – não sei se me fiz entender – porque um ato administrativo de urbanismo não pode servir para criar servidões ou restrições de utilidade pública a favor de prédios alheios.

Portanto, estes dois aspetos, eu julgo que se impunham, efetivamente, a nível municipal: muita prevenção – que, aliás, já está exarada na informação da Sra. Presidente, mas nunca é demasiado insistir – repressão só no fim, só muito tardia, só mesmo na fase limite, e que nos licenciamentos e nos loteamentos não criemos problemas aos vizinhos, que depois ficam com problemáticas de servidões sobre os seus prédios por atos, efetivamente, que se verificam nos prédios alheios.



Eram estas notas que eu, efetivamente, deixava, não sei se fui devidamente esclarecedor, mas estas notas surgiram a propósito da informação da Sra. Presidente da Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de resposta, alertando-a para o facto de que tem dez minutos para responder. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação à intervenção da Prof.^a Estela, em relação às questões que colocou, a ação social, diz que é uma informação sintética. De facto, é uma informação que diz respeito ao número de processos e pouco mais. Claro é que os processos de ação social têm matéria confidencial, e não vamos tornar público mais do que a informação que está disponibilizada. Entretanto, como disse há bocado, se quiser saber mais alguma informação, estarei disponível, até com o pelouro da ação social, para lhe dar alguma informação que ache pertinente sobre esta questão.

Em relação à habitação social: de facto, na comunicação falamos em oito pedidos. Dizer-lhe que a habitação social é uma das questões que está no nosso programa eleitoral, que esteve no Orçamento, e que é uma das questões em que nós queremos também, dentro em breve, ter respostas concretas, nomeadamente acabámos de realizar esta semana uma candidatura ao Centro de Emprego para CEI+, para podermos pedir alguns recursos humanos na área da construção civil para, efetivamente, realizarem as obras nas nossas escolas que já foram apontadas para habitação social, para que isto seja concretizável já no final deste ano de 2018. Por isso, é uma preocupação nossa, estamos a trabalhar nisso.

Na questão da educação e na referência à Ecoescolas que fez, de facto, é um projeto que já tem dado frutos no município, com o qual nos congratulamos e continuamos a apoiar. Participaram trinta escolas, e também é um dos projetos que a Câmara se orgulha também de continuar a apoiar em matéria educativa. A Rota da Floresta também, igualmente, já aqui foi falado.

A questão da informação, que nos questionou, em relação à agenda cultural, a sua questão em relação à agenda cultural, dizer que a agenda cultural que nós tínhamos – que tínhamos, porque não temos, é verdade, e não vamos ter naqueles moldes, e por isso, já fica respondido que não vai receber mais aquele molde de agenda cultural que nós tínhamos. Não era uma agenda cultural do município, era uma agenda cultural que não dizia só respeito à atividade do município, mas sim, a maior parte das atividades que estavam refletidas naquela agenda eram atividades das instituições da terra. E por isso, nós entendemos que a agenda cultural da Câmara tem que ser trabalhada de uma outra forma, mais concreta: antes de termos agenda, temos que ter as instituições e temos que ter programa cultural, que é o que falta no município, e que estamos a trabalhar nele. Dar conta de que as atividades estão a ser disponibilizadas – ou a sua informação – no *Facebook* da Câmara Municipal, e por isso, sempre que existem atividades que entendamos que possam ser relevantes, elas são divulgadas aí, nomeadamente na comunicação social local, e as instituições que também têm atividade cultural no município fazem essa divulgação com a ajuda dos meios de comunicação social do concelho.



Em relação à Proteção Civil, e indo de encontro também à intervenção que aqui foi feita pelo Dr. Monteiro da Rocha, dar conta de que a Câmara Municipal tem um papel muito importante na prevenção, estamos a trabalhar, já dissemos que fizemos reuniões com os Srs. Presidentes de Junta, com o SEPNA, com os bombeiros, com os GIPS, temos estado a fazer reuniões de trabalho, que entendemos que são frutíferas para todos. Eu, há bocado, acabei por vos dar nota de que já temos as ações de sensibilização, quase todas elas agendadas, por indicação dos Srs. Presidentes de Junta, todos os munícipes do concelho vão ter oportunidade de estar numa ação de sensibilização, onde vão ter toda a informação que entendemos que é pertinente – e também concordo com as palavras do Dr. Monteiro da Rocha, acho que não temos que criar alarmismos; de facto, há aqui uma pressão com o *timing*, e até para as Câmaras Municipais, porque nós também temos responsabilidades na matéria, mas acho que é preciso passar a mensagem aos Marcoenses e a todos os que nos ouvem: cada um de nós tem que cumprir com aquelas que são as nossas responsabilidades. E desde logo, se nós cumprirmos cada um com as suas, não trazemos problemas aos vizinhos, não há queixas aqui na Proteção Civil e no jurídico para trabalhar, na GNR. Acho que se cada um cumprir com aquilo que está estabelecido na Lei, vamos ter um ano muito melhor em matéria de incêndios, e em matéria, sobretudo, de proteção da nossa floresta, e das pessoas e bens também. Dizer que aquilo que estamos a fazer, achamos que é o correto. Dentro em breve, as pessoas vão ter acesso a um folheto informativo, que será também distribuído quando tiverem as ações nas Juntas de Freguesia e nos meios que entendamos também necessários e concretos em relação à disponibilização, com instituições, nas Juntas de Freguesia, para a população ficar a saber do que é que estamos a falar, quais são as responsabilidades de cada um, e acho que isso vai ajudar, de facto, em muito.

Em relação à fachada do Estádio Municipal, eu deixo essa questão para o Sr. Vice-presidente.

As empreitadas que estão assinaladas na informação escrita são todas da responsabilidade do anterior Executivo, como disse, e muito bem, estavam adjudicadas, estamos a concretizar ou a cumprir com aquilo que estava estabelecido.

Em relação ao saldo de gerência anterior, teremos oportunidade de falar depois, na revisão orçamental.

Em relação aos processos judiciais, diz que não há uma listagem: essa listagem pode ser-lhe facultada numa informação mais específica, se assim o entender e fizer esse requerimento. Aqui na informação escrita não vamos apresentar de forma tão detalhada em relação aos processos judiciais. Mas, se assim entender, faremos essa disponibilização.

Em relação ao Dr. Monteiro da Rocha, acho que já lhe respondi, que vamos disponibilizar os *flyers*, as ações de sensibilização com as Juntas de Freguesia.

Sr. Américo, a preocupação com as políticas de juventude, a questão que nos fez chegar, ou a falta delas, disse, das políticas: Sr. Deputado, se calhar o senhor não é, de facto, o exemplo dos jovens Marcoenses, porque me parece muito desinformado. Se estivesse mais atento à ação da Câmara Municipal, e até de muito daquilo que vinha de trás, e que nós também continuamos a fazer, tinha percebido que, de facto, o município tem responsabilidades e tem competências na matéria da juventude, e está a concretizá-las, nomeadamente na área da formação profissional –



ainda agora discutíamos, há muito pouco tempo, com os Agrupamentos, as áreas de formação profissional que são determinantes para o concelho – no ensino e na educação, acho que falámos já hoje muito nisso, e na informação escrita também está, na área do turismo, o parque empresarial que nós estamos a tentar levar a cabo, acho que é significativo até para a formação e também para o emprego jovem qualificado, a nossa aposta no desporto – este ano temos vários apoios, através de associações, para jovens em várias modalidades desportivas, no karaté, no atletismo. Foi a primeira vez que, este ano, comparticipámos equipas B por escalão, tivemos uma majoração de três por cento (3%) em cada equipa, para não lhe dar mais conta do que aquilo que temos vindo a fazer. A questão do apoio à Artâmega no ensino artístico – muitas das questões que são transversais na ação do município têm a ver com políticas de juventude. Mas, há um órgão próprio, que é o Conselho Municipal de Juventude, e aí provavelmente vai ter oportunidade de dar as suas opiniões e os seus contributos para aquelas que são as suas perspetivas na área da política e da juventude, e o município estará cá também para dar a sua marca nesta área.

Bruno Caetano, em relação àquilo que disse, agradecer só as notas que deu, exatamente igual ao Sr. Presidente da Junta, Miguel Queirós, que também nos fez chegar a sua perspetiva sobre as visitas às freguesias, que já tinha sido falado também no período de antes da ordem do dia, e que já dei conta daquilo que é a nossa perspetiva sobre, de facto, as visitas às freguesias, que é muito positiva. E por isso, nada mais tenho a acrescentar.

Em relação àquilo que o Sr. Presidente da Junta de Alpendorada aqui veio dar nota, também não tenho mais nada a acrescentar, já tinha dado a informação que tinha sobre as duas matérias em questão.

Muito obrigada.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Eu gostaria, já agora, de esclarecer o munícipe e deputado desta Assembleia, Américo Moreira, e dizer-lhe o seguinte: realmente, a obra da fachada do estádio, ou melhor dizendo, do Complexo Desportivo de Alpendorada, remodelação da fachada do Estádio Municipal, a referida obra não diz respeito só à fachada, diz também respeito a uma intervenção que está feita. E já agora, deixe-me manifestar-lhe o meu desagrado relativamente ao projeto, quando vi o projeto e chegámos à obra. Realmente, o estádio tem fissuração, o pavimento está partido, e o projeto que está considerado é aplicar um cerâmico nas paredes. É uma vergonha, eu digo-lhe que o lançamento daquela obra e aquele projeto, a todos nós, já manifestei o meu desagrado junto do Sr. Presidente de Alpendorada, Várzea e Torrão, o Sr. Domingos Neves, que é conhecedor, o projeto é simplesmente – e desculpem, devemos ter respeito pelo dinheiro de todos nós, e aquela obra devia envergonhar-nos a todos, porque, de facto, não resolve o problema do Estádio de Alpendorada, nomeadamente – e também, já agora, informo àquilo que questionou, que é a empresa Linharlix, a empresa que está, e digo-lhe também que está com um atraso, e já reuni com essa empresa e manifestámos o nosso desagrado relativamente ao atraso. Pelos vistos, a obra começou mal – não vou aqui, com certeza, apresentar-lhe os motivos que me foram apresentados em reuniões com a referida empresa e com o anterior Presidente de Câmara, Dr. Manuel Moreira, que nomeadamente pediu para que a obra avançasse sem o visto do Tribunal de Contas, e acho até que sem a consignação, mas eu posso depois passar-lhe isto, falarmos mais diretamente sobre este assunto. Portanto, relativamente a esta obra, gostaria de lhe dizer



que este Executivo está muito desagradado com aquilo que lá está a ser feito, está muito desagradado com o projeto que é aquela obra, e naturalmente que o Sr. Domingos Neves também está desagradado com aquilo que lá está, porque, de facto, não vai resolver o problema da obra, ela custa quinhentos e dezassete mil, quinhentos e três euros (517.503€), é muito dinheiro, e não está, com certeza, a resolver as necessidades deste grupo desportivo.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faça favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos também, para solicitar ao Sr. Presidente que, enfim, solicite ao Executivo que não coloque palavras de forma a que possam enviesar a opinião das pessoas que nos estão a ouvir, porque dizer que “não sei se havia, ou não, consignação”, isso é ilegal, há aqui uma série de coisas, mas deixar assim no ar, eu acho que isto não deve acontecer. As pessoas, ou têm certeza, e dizem-no, ou não têm certeza, e então não o dizem.

E por outro lado, Sr. Presidente, também solicitar da mesma forma que solicite à Sra. Presidente que não faça considerações pessoais sobre os deputados, neste caso do Grupo Parlamentar do PSD, no que disse há pouco sobre o deputado Américo, que ele não era um exemplo de jovem informado Marcoense.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. A senhora pretende responder à interpelação? Faça favor, dou-lhe dois minutos para o fazer.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Não, só queria dizer ao Sr. Deputado Luís Vales que a Sra. Presidente da Câmara não opinou sobre o carácter pessoal do Sr. Deputado, e que isso fique bem esclarecido. De facto, o Sr. Deputado mostrou aqui alguma falta de informação, porque se estivesse bem informado, não teria feito a questão – deveria ter trazido mais matéria sobre o assunto, deveria ter acompanhado, provavelmente não acompanhou, porque senão não teria feito esse tipo de comentário, esse sim desajustado. Esse sim desajustado, Sr. Deputado.

E já agora, dizer-lhe também que em algumas das intervenções aqui não foram usadas palavras para enviesar; foram ditas inverdades, e algumas pela sua Bancada, nomeadamente naquela moção do IC35, onde diz que a responsabilidade é toda do PS, e também é partilhada pelo PSD. E aí não o vi a insurgir-se contra as inverdades que estão escritas, e que foram aqui ditas aos microfones.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, colocaram-me aqui na Mesa a questão para se fazer uma interrupção para almoço. Eu aceito as vossas sugestões de continuar, ou de interromper para efeitos de almoço.



A questão é: nós temos ainda bastante matéria para discutir, é uma hora e nove minutos (13h09), eu tenho máquina para aguentar de seguida, mas haverá aí gente que pode estar já um bocadinho enfraquecida. Ora bom, vamos simplificar isto, porque senão vai haver aqui conversa que nos leva a muito pouco. Quem é que defende que interrompamos para almoço, ou quem é que defende que nós mantenhamos a continuação dos trabalhos, até à uma e meia (13h30), duas horas (14h00). Srs. Deputados, há aqui uma sugestão do Sr. Deputado Bruno Caetano, a propor que continuemos até à uma e meia (13h30). Deixem-me dizer-vos uma coisa: a minha questão é prática: nós vamos ter que interromper em qualquer hora, se calhar o melhor é interromper agora, e retomamos os trabalhos exatamente daqui por uma hora, às duas e um quarto (14h15). A sugestão de algumas pessoas desta Assembleia, fica para as duas horas e quinze minutos (14h15) o retomar dos trabalhos.

Obrigado.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos.

Ora, o próximo ponto da ordem de trabalhos, **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

Daria a palavra a alguém que já estará preparado para falar sobre este tema. Sr. Deputado Mário Luís, tem a palavra.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, membros da Mesa, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social e público:

Depois deste prolongado repasto, vamos, então, avançar com os trabalhos.

Fui nomeado – agradeço a confiança dos parceiros da Comissão do Regimento – porta-voz, e então, nós tivemos umas reuniões de trabalho, algumas mais prolongadas do que outras, fizemos uma revisão completa, do início ao fim, de todo o Regimento, e temos aqui a proposta – nada de alterações significativas, apenas algumas correções ao longo de todo o documento, mais de português, que eu não vou aqui estar a referir todas essas correções, vou citar aquilo que entendo, e que nós entendemos que será mais significativo.

Permita-me só, eu já falei com o Sr. Presidente da Assembleia, que também se apercebeu desse lapso, antes de irmos almoçar disse que a Sra. Presidente tinha dez minutos, mas tinha quinze para esclarecimentos. Isso não foi alterado, mantém-se. Na informação escrita, para apresentar o ponto tem dez minutos; para os esclarecimentos, tem quinze. Não houve alteração, foi apenas um lapso, de que o Sr. Presidente já se tinha apercebido.

Então, aquilo que eu destacaria seria o art.º 16.º, no seu n.º 6, nós deliberámos já em mandatos anteriores que o procedimento normal e corrente da Assembleia seria o correio eletrónico, e como estava ali dada primazia à via postal, nós entendemos colocar a primazia no correio



eletrónico, e só em casos excecionais a via postal. Portanto, no n.º 6 do art.º 16.º, é essa alteração.

No art.º 18.º, também no n.º 1 e 2, como, entretanto, foi definido que teríamos um período de antes da ordem do dia, um período de intervenção do público, e depois um período da ordem do dia, entendemos que também aí devia estar por essa ordem isso discriminado. É apenas essa alteração. E nesse sentido, temos também o art.º 20.º e 21.º, a necessidade de também fazer essa troca de títulos e de texto, colocar no art.º 20.º o período de intervenção do público, e no art.º 21.º o período da ordem do dia, para seguir essa mesma ordem. E já agora aproveito, para depois não me esquecer, naturalmente que no índice também tivemos que fazer essa troca de títulos.

No art.º 24.º, que tem a ver com aquilo que foi definido, apontado na primeira reunião, é a distribuição dos tempos pelos Grupos Municipais. No n.º 1 do art.º 24.º, foi discutido o assunto, seguiu-se a orientação que tinha sido dada. Ainda se debateu – e devo dizer, por proposta do elemento do PSD – a possibilidade de dar mais algum tempo, em vez de estarmos aqui sempre a prolongar, a possibilidade de dar mais alguns minutos de intervenção, nomeadamente ao Executivo, mas depois isso iria provocar mais alterações, e então foi decidido entre nós que iríamos manter esta proposta inicial que estava, para não criar confusões. Naturalmente, também no ponto 5 tem as comissões, terem um porta-voz e dar três minutos para essa situação.

Foi acrescentado no art.º 41.º o n.º 5, para que a leitura das atas fosse dispensada aqui na Assembleia Municipal, porque isso seria muito complicado.

Essencialmente, são estas as principais alterações, acho que não me esqueci de nada assim de muito importante. No restante, pode ter havido uma palavra que trocámos, mas não alterámos qualquer sentido do que estava lá escrito e definido.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Concluído o esclarecimento do Sr. Deputado Mário Luís, eu pergunto se mais alguém se quer inscrever para abordar a questão; caso contrário, passaremos à votação. Como ninguém pretende acrescentar àquilo que foi esclarecido pelo Sr. Deputado Mário Luís, passamos à votação da proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.3** da ordem de trabalhos, Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal (Efetivo / Suplente) para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Tâmega I – Baixo Tâmega, de acordo com o art.º 31.º, alínea b) do Decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 137/2013, de 7 de outubro.

Ora, eu penso que haverá entendimento no que diz respeito à apresentação de lista. Eu fico a aguardar. Sr. Deputado, faça favor.



--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa tarde, caros amigos.

Relativamente à proposta do Ponto n.º 3, passo a ler:

“Bruno Sérgio Moreira Caetano, enquanto membro da Assembleia, apresenta, em nome do Grupo do Partido Socialista desta Assembleia, o Ponto n.º 3.3, e propõe os seguintes representantes: membro efetivo – Leandro Manuel Vieira de Queirós; suplente – Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro.

Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018”

Vou apresentar a lista à Mesa. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, uma vez que não há mais nenhuma proposta, vamos submeter à votação a proposta do Sr. Eng.º Bruno Sérgio Moreira Caetano, que eu vou passar a ler:

“Bruno Sérgio Moreira Caetano, enquanto membro da Assembleia, apresenta a seguinte proposta, em nome do Grupo do Partido Socialista desta Assembleia: Ponto n.º 3.3, Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal (Efetivo / Suplente) para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Tâmega I – Baixo Tâmega, de acordo com o art.º 31.º, alínea b) do Decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, propõe os seguintes representantes: membro efetivo – Leandro Manuel Vieira de Queirós; suplente – Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro.

*Marco de Canaveses, 24 de fevereiro de 2018
O proponente”*

Está à votação esta proposta, que vai ser por voto secreto, naturalmente. Ora, vamos já de seguida proceder à chamada, para efeitos de votação.

--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---

Ora, sem mais demora, vou proceder à chamada para a votação. Chamo, então, Jorge Francisco Vieira, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Bruno Sérgio Moreira Caetano, Maria Estela Vieira Freitas, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Susana Maria Machado Loureiro, Leandro Manuel Vieira Queirós, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, Manuel Fernando da Costa Vieira, Isabel Maria Barbosa Madureira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio Moreira de Castro, António Adão da Silva Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, João Ricardo Rebuge Pereira, Miguel João Teixeira Carneiro, Domingos Manuel Soares Dias (não está presente), Manuel Azevedo Sousa, Ricardo Manuel da Silva Soares, Nelson Toni Moreira Coelho, Eduardo Celso Machado Queirós



Santana, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, Susana Raquel Vieira Pereira, António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira, e Fernando Joaquim Teixeira Monteiro.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, a proposta foi aprovada por unanimidade, com apenas uma falta do Sr. Domingos Dias. São trinta e seis (36) votos a favor.

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.4** da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da denúncia dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias.

Ora, se alguém se quer inscrever para falar do assunto, façam favor. Sra. Presidente, tem, então, a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação a esta denúncia dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias, dar nota do seguinte: o Executivo da Câmara Municipal anterior deu, ao longo destes últimos anos, a oportunidade às Juntas de Freguesia, com uma transferência de verbas que a Câmara fazia para as Juntas, que estas tivessem um valor disponível para concretização de obras e eventos, que foi discutido, com critérios objetivos, com as Juntas de Freguesia e devidamente protocolado. Atendendo a que a autarquia, com a transferência dessas verbas às Juntas de Freguesia, tinha que considerar entre um conjunto de deveres e direitos, que as Juntas de Freguesia tivessem em conta os procedimentos concursais, de acordo com a Lei, nomeadamente com o CCP, entendemos que estas questões mais burocráticas devam ficar sob a salvaguarda da Câmara Municipal, e por isso, quando reunimos com os Srs. Presidentes de Junta, demos-lhes conta de que a Câmara Municipal fazia os procedimentos concursais, e que as Juntas de Freguesia indicariam as obras no mesmo exato valor que já tinham anteriormente.

Por isso, no fundo, o que nós fazemos é que ficamos com os trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) num bolo, no Orçamento da Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia já sabem qual é a verba que lhes diz respeito, de acordo com a área e com o número de habitantes que têm na sua freguesia, indicam as obras à Câmara Municipal, a Câmara Municipal colocará as obras a concurso, entendemos agora até – porque mais tarde irão perceber também que a Câmara Municipal está a criar uma chefia para um gabinete de apoio à contratação, para que a contratação pública também tenha, no fundo, o papel que tem, importantíssimo, tenha essa atenção que nós gostaríamos que tivesse, que vamos ter com ela. E também dar-vos conta de que essa verba fica na mesma alocada às freguesias, a parte burocrática é feita connosco, e achamos nós que com este gabinete e com o procedimento concursal, poderemos ter ganhos de escala em preços nas obras. É por isso que propusemos aos Srs. Presidentes de Junta que pudessemos ficar com esta competência na totalidade, com a Câmara Municipal, sendo certo que os Srs. Presidentes de Junta indicarão as obras a concretizar nas suas freguesias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Está aberto o período de inscrições para discussão do tema. Inscreve-se o Sr. Deputado Luís Vales, o Sr. Deputado Fernando Monteiro, o Sr. Deputado Celso Santana, e penso que não há mais ninguém. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal, comunicação social, Marcoenses:

A Câmara Municipal liderada pelo Partido Socialista – aliás, por uma dirigente do Partido Socialista – traz hoje aqui uma proposta de denúncia dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia. É verdade, a Sra. Presidente da Câmara Municipal pretende centralizar na Câmara Municipal as obras que até agora eram delegadas nas Juntas de Freguesia. Eu disse que era verdade porque vai ao arrepio de tudo o que temos ouvido, que o atual Governo Socialista de António Costa defende, que é precisamente a descentralização de competências nos municípios, porque considera que estes estão mais próximos dos cidadãos, e por isso, terão uma maior e melhor noção das suas necessidades. A Dra. Cristina Vieira defende exatamente o oposto, uma centralização dessas competências, e por isso é que ficamos aqui algo confusos com esta situação e esta decisão.

Também não percebemos, enfim, como é que enquanto Presidente da Junta de Soalhães queria e aceitou a celebração dos contratos de delegação de competências, e agora, como Presidente de Câmara, quer chamar a si todas essas competências. Mas, para além de desvirtuar as orientações do Sr. Secretário Geral do Partido Socialista, mesmo tendo mais um vírgula nove milhões de euros (1.900.000€) para gastar, fruto da renegociação da dívida, mantém os mesmos trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) a despender com as freguesias. Sra. Presidente, o PSD considera que a senhora deveria dar um pouco mais valor aos Presidentes de Junta porque já lá esteve e sabe as dificuldades que os Srs. Presidentes de Junta têm, e que precisam de ter mais capacidade financeira. E portanto, nós achávamos que devia a Sra. Presidente cabimentar mais dinheiro para as obras nas freguesias, e respeitando, naturalmente, a situação particular de cada uma.

Mas, a Sra. Presidente acabou de dizer que vai criar um gabinete para a contratação pública, que nós muito saudamos, mas nós pensamos que esse gabinete deveria também servir, ou então, junto desse gabinete, deveria também funcionar uma linha mais direta para que os Srs. Presidentes de Junta pudessem submeter as suas dificuldades e os problemas das freguesias, porque assim, se calhar de forma mais célere e de forma mais rápida, fariam chegar cá, e se calhar também ver resolvidas essas questões.

Nós ficamos satisfeitos, por outro lado, ao ouvir a Sra. Presidente, em nome, naturalmente, do seu Executivo, dizer que irá honrar todos os compromissos que assume, ou que irá assumir com os Srs. Presidentes de Junta, e é essa garantia que nós aqui queremos ver explicitada, que, de facto, fique bem patente nesta Assembleia Municipal que a Sra. Presidente vai respeitar a vontade dos Srs. Presidentes de Junta quanto às obras que eles querem ver feitas e realizadas nas suas freguesias. Isto é, nós sabemos que os Presidentes de Junta são aqueles que melhor conhecem o terreno, são aqueles que melhor sabem os anseios da sua população, e por isso percebemos que são eles que devem escolher as obras que mais falta fazem às suas freguesias e aos seus fregueses. E por isso, Sra. Presidente, gostei de ouvir aquilo que disse, que irá, de



facto, respeitar essa vontade dos Srs. Presidentes de Junta às obras que eles indicarem, mas gostava que a Sra. Presidente nos explicitasse aqui, e nos dissesse aqui se, de facto, foi isso que quis dizer, e é isso que irá fazer, que é honrar o seu compromisso com os Srs. Presidentes de Junta sobre as obras que eles indiquem.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia, público.

Dizer quanto a este ponto, dos contratos interadministrativos, que para a Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles – e eu já fiz questão de dizer à Sra. Presidente quando falámos sobre isso – que já não fazia esses contratos com o anterior Executivo – ou seja, para mim, já não é novidade, porque eu também achei sempre que as Juntas de Freguesia teriam a ganhar, não financeiramente, mas eu acho – e eu, humildemente, deixem-me que me confesse convosco, como Presidente de Junta, eu não tenho habilitações nem formação na área para fazer contratação pública, e eu preocupo-me muito com as dificuldades da Lei, eu não quero nenhum dia responder pessoalmente, nem como Presidente de Junta, por uma ilegalidade que eu não quero cometer. Eu quero deixar, e a Câmara Municipal tem meios técnicos para isso, acho muito bem que crie esse gabinete e até que nos disponha desse gabinete para alguma contratação que eu tenha que fazer, agradeço muito porque eu não me sinto à vontade para fazer, fi-lo uma vez ou duas, e aquilo é uma dificuldade tremenda – e eu não me considero um ignorante nas teclas, mas confesso-vos que tive dificuldade de o fazer. E por isso, agradecer a criação desse gabinete, para que nos seja dada facilidade, aos Presidentes de Junta, para que nós, em conjunto, e até os Presidentes de Junta em conjunto – eu acho, meus amigos, e hoje já foi dito de manhã, e eu até nem me senti bem, porque acho que devíamos esquecer um bocadinho isso do dinheiro que ficou em caixa, do que vem, porque se vocês herdassem uma Câmara como nós herdámos em 2005, que não tínhamos dinheiro para pregar um prego, eu acho que devíamos estar todos felizes por dizer assim: “Felizmente, o Marco está no bom caminho”. Vocês vão dar seguimento ao que de bom foi feito no Marco, ao que vocês vão fazer de bem, eu estou aqui para dizer “parabéns”, gosto muito do vosso trabalho, contem comigo para ajudar, eu gostava muito que todos estivessem assim. Eu não me sinto bem, nós de um lado e vocês do outro, eu não me sinto bem assim, eu não sou assim. Desculpem, mas eu não sou assim, eu tinha que dizer isso aqui hoje. Eu não sou assim. Eu estou aqui para bem da minha terra, e o meu Partido é Vila Boa de Quires e Maureles, primeiro. Por isso, dizer-vos isso, e quero que fique aqui bem explícito, dizer que o dinheiro não chega, ainda bem que deixaram dinheiro para fazer as obras, meus amigos, ainda bem que têm para pagar, porque se não tivessem é que era grave. Se em 2005 tivesse que pedir um empréstimo para pagar as obras que não foram cabimentadas, isso é que era grave. Agora, se há dinheiro, paguemo-las, fiquemos com o restante, e gerimo-lo. E eu queria muito dar-vos esses parabéns, e eu espero ter saúde para daqui por quatro anos vos dizer isso, mas espero mesmo. E a minha Bancada que ouça isso também, porque eu só sei estar na política dessa forma. Por isso, dizer que vou votar favoravelmente este ponto, mas Sra. Presidente, queria muito que se comprometesse comigo e com a minha freguesia, que dissesse



“sim senhor, eu vou investir nas obras que vocês me indicarem”, porque quando eu sentir também que só sou Presidente de Junta para assinar atestados, no mesmo dia venho entregar-lhe as chaves, Sra. Presidente, porque eu não sou Presidente de Junta para assinar atestados; eu sou Presidente de Junta para representar quem me elegeram e defendê-los até à última ponta que eu possa. É para isso que eu sou Presidente de Junta, e vou defender a minha terra até à última. Não é defender o Fernando Monteiro, é defender a minha terra até à última. E por isso, quero que a Sra. Presidente diga aqui: “Sim senhor, eu vou cumprir com as obras que me indicarem”, porque era assim que eu trabalhava anteriormente, eu indicava as obras, era até aquele valor, faziam a contratação. E chamar à atenção da Sra. Presidente – e eu sei que a Sra. Presidente tem essa sensibilidade porque foi Presidente de Junta, e o Sr. Vice-presidente também – de ter atenção só a duas coisas: as Juntas vão delegar tudo na Câmara, fica tudo, neste caso, à responsabilidade da Câmara. Muita atenção aos prazos, porque senão só vamos ter obra no ano seguinte. Tivemos sempre esse problema, eu critiquei muito o anterior Executivo dessa forma, disse-o muitas vezes, critiquei-o abertamente, e critico também desta forma, que é: o Presidente de Junta diz as obras, a Câmara Municipal lembra-se e só põe as obras em concurso em agosto, o concurso passa a fase, só vem em setembro, o empreiteiro depois de assinar o termo de responsabilidade, a entrega de documentos, só começa a obra em dezembro, e em dezembro não começa porque está a chover, só agora em fevereiro ou março. Mais um ano sem obra. E sabem quem fica prejudicado? A D. Maria, ou a D. Celeste, que a ambulância não vai a casa, ou que está à espera da obra, e que o Presidente de Junta todos os dias vai lá dizer: “Tenha calma, que nós vamos fazê-la.”

Por isso, Sra. Presidente, eu gostava muito que esse gabinete fosse tomado em conta, porque ao termos esse gabinete vamos cumprir prazos, vamos fazer a obra a tempo, se pusermos a obra em concurso dentro em breve, teremos obra no verão, com certeza, a intempérie do inverno não vai influenciar a obra – eu estou a falar do inverno porque, infelizmente, eu sou Presidente de Junta, mas sou Presidente de Junta ainda do passado, porque só posso pensar em paralelos. Eu gostava muito de ser Presidente de Junta a pensar no futuro, a pensar em investir dinheiro para projetar o futuro, mas infelizmente a minha terra ainda precisa muito de paralelos.

Tenho dito. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado, foi um prazer. Dou a palavra ao Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Boa tarde, Sr. Presidente. Peço dispensa dos habituais cumprimentos.

Em relação aos contratos interadministrativos, acho que já foi praticamente tudo dito. No início, quando foi proposto, entendi também que seria dar um passo atrás, por causa da delegação de competências nas freguesias, e que não queríamos ser uma freguesia só para assinar atestados e passar licenças para caniços e gatiços. Foi-me explicado, realmente, aquilo que seriam as intenções da Câmara Municipal. É uma questão de legalidade dos contratos públicos, é uma questão de ordem, e que já falámos aqui de sermos de boas contas, é uma questão de contas, porque tem um poder de negociação perante as empresas, com uma obra a abranger as freguesias todas que estão pelos contratos interadministrativos, foi-nos dada a garantia de que as verbas que foram atribuídas, que vamos continuar a dispor das mesmas verbas, e foi-me



dada a garantia também – como de certeza absoluta vocês tiveram oportunidade de reunir com o Executivo – que a obra só será dada como concluída quando houver o “ok” do Presidente de Junta na verificação da totalidade da obra. Nessa altura, também tive a preocupação de perguntar – porque nós não somos técnicos, não estamos habilitados para fazer algumas e determinadas apreciações sobre a obra, mas devemos ser ouvidos, porque entendemos que as nossas populações, que se identificam muito mais rapidamente com a Junta de Freguesia, com o seu Executivo, com o seu Presidente, do que até propriamente com a Câmara Municipal, porque não tem um acesso tão direto aos vereadores ou até mesmo aos técnicos. Então, foi-me dada essa garantia – e só concordei por isso – de que é, realmente, uma questão de legalidade, é uma questão financeira, de economia, e aquando da entrega da obra, da conclusão da obra, os Presidentes de Junta terão que dar o seu “ok”.

Por isso, irei votar favoravelmente também, e fico agradecido, realmente, aquilo que já foi aqui dito pelos colegas, e acho muito bem, que os valores sejam mesmo esses, e eu acho que até vamos ficar a ganhar, porque vamos tentar sempre tirar um bocadinho mais da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, tem a palavra para efeitos de esclarecimento das questões que foram suscitadas.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação à intervenção do deputado Luís Vales, queria apenas dar nota do seguinte: eu não defendo a centralização das competências; as obras, como eu disse, serão indicadas pelos Srs. Presidentes de Junta. E mais, Sr. Deputado, das cinco freguesias que não tinham este contrato interadministrativo assinado com a Câmara Municipal no anterior Executivo, das cinco, quatro eram do PSD, o que quer dizer que isto não é assim tão mau. E ainda bem que o Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires aqui o disse, porque, efetivamente, as Juntas de Freguesia não estão munidas de quadro técnico de pessoal para fazer alguns dos procedimentos da contratação pública, nomeadamente engenheiros, advogados, fiscais de obra. E por isso, quando se tomou esta atitude, e porque eu também fui Presidente de Junta, acho que também houve aqui o propósito de tentar salvaguardar os Srs. Presidentes de Junta de algum procedimento menos legal, ou pelo menos que às vezes não fazemos, não pela questão da legalidade, mas porque desconhecemos. E por isso, acho que esta preocupação também esteve em cima da mesa, e foi, de facto, dado a conhecer aos Srs. Presidentes de Junta qual é que seria a nossa pretensão.

Dizer-lhe que o investimento que se fazia nas Juntas de Freguesia, em termos de valor, vai ser exatamente o mesmo, os Srs. Presidentes de Junta – dar o exemplo de um Sr. Presidente de Junta que ainda esta semana me fez chegar qual era a obra que quer ver vista no seu contrato interadministrativo, ou no investimento que vamos fazer na sua freguesia, e por isso, nós já estamos a recolher essa informação, e ainda bem que o estamos a fazer, até tomando em consideração aquilo que disse o Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles, que



quando chegemos ao fim do ano, ainda tenhamos os contratos interadministrativos, ou o valor que está adstrito à freguesia por realizar esse investimento.

Dizer-lhe também que em relação àquilo que o Sr. Presidente da Junta, Fernando Monteiro, disse, o Sr. Presidente de Junta não era, já no passado, um Presidente de Junta para passar atestados, creio eu, e por isso também não vai continuar a ser, se depender da Câmara Municipal, porque esse também não é o propósito dos Srs. Presidentes de Junta que aqui estão connosco, e que eu acho que pelo menos aqueles que também partilharam comigo a experiência de serem Presidentes de Junta não o querem. De facto, hoje os Srs. Presidentes de Junta têm que ter mais competência, e têm que estar mais ativos no seu território, além de passar atestados.

Em relação àquilo que o Sr. Presidente da Junta Celso Santana também fez chegar, dizer que, de facto, isto foi previamente discutido com os Srs. Presidentes de Junta, não houve aqui nenhuma questão mais difícil de lidar. Também tenho a certeza absoluta que os Srs. Presidentes de Junta não vão levar só estes trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), porque, efetivamente, o investimento que a Câmara Municipal faz nas suas freguesias passa em muito este valor que vai para cada uma das freguesias – já era no passado, nós sabemos, e vai continuar a ser. Por isso, este valor que aqui está é para que aos Srs. Presidentes de Junta lhes seja dada a possibilidade de dizerem assim: “Sra. Presidente de Câmara, eu quero fazer esta obra aqui neste local.” E dizer-lhes o seguinte: também é muito importante para nós – e agora que andamos no terreno todos os meses, quando vamos às freguesias – porque às vezes conseguimos perceber, de facto, melhor até aquelas que são as expectativas dos Srs. Presidentes de Junta, porque nós ouvimos as reclamações – nós, Executivo de Câmara – que eles ouvem no dia a dia na Junta de Freguesia, e até acho que isto de irmos à freguesia, ou às freguesias, ao encontro dos problemas das pessoas, vai ser também bom para partilharmos responsabilidades com os Srs. Presidentes de Junta no território. E por isso, dar conta de que este contrato interadministrativo, passando o bolo para a nossa parte, só nos vai dar ainda mais trabalho, mas fá-lo-emos com todo o gosto, porque estamos cá para ajudar os Srs. Presidentes de Junta, e sobretudo para ajudar os Marcoenses.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Passamos de seguida à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. O ponto foi aprovado com trinta e cinco (35) votos a favor, foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao **Ponto n.º 3.5**, Informação do Alerta precoce de desvios – n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Informação relativa ao ano de 2016 – Tomada de conhecimento.

Sra. Presidente, na eventualidade de querer prestar algum esclarecimento sobre esta matéria, faça favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação a isto, no fundo, é dar conhecimento à Assembleia Municipal daquilo que é o estipulado na Lei. Estipula o n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013 que sempre que a dívida total prevista no art.º 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos de exercício anterior, são informados pela Direção Geral das Autarquias, neste caso, os Presidentes dos órgãos executivo e também o órgão deliberativo do município, por isso é que veio à Assembleia Municipal. O alerta da DGAL reporta a 31 de dezembro de 2016 e contempla o comparativo entre a dívida total extraída da prestação de contas do ano de 2016 e a evolução do rácio da receita corrente líquida constante no n.º 1 do art.º 56.º da Lei já referenciada, para os anos 2013, 2014 e 2015. São estes três anos que estão aqui em causa, e é a média destes três anos que está aqui em causa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Se alguém entender que quer inscrever-se para abordar esta questão, faça o favor. Sra. Deputada Estela Freitas, Sr. Deputado Nuno Pinto, e penso que são apenas estas duas pessoas.

Sra. Deputada Estela Freitas, tem a palavra, por favor.

--- Maria Estela Freitas (PPD/PSD) ---

Dispensando os habituais cumprimentos, permitam-me que passe à minha intervenção.

Pensamos que este alerta precoce de desvios será um procedimento quase automático na DGAL, mas queríamos juntar aqui mais alguns esclarecimentos.

A Lei das Finanças Locais estipula, no seu art.º 56.º, que sempre que a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita cobrada nos três exercícios anteriores – conforme a Sra. Presidente disse, e muito bem – sejam informados os membros dos órgãos executivo e deliberativo, na primeira reunião ou sessão a seguir ao conhecimento dos respetivos Presidentes, pelo que é dado conhecimento do alerta precoce dos desvios emitido pela DGAL.

Este alerta precoce de desvio, nos termos da Lei, deve-se ao facto de a dívida total considerada e reportada a 31 de dezembro de 2016 ser de vinte e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e setenta e sete euros (25.346.177€) – se não estiver errada a informação de que disponho – logo superior à média da receita corrente nos anos de 2013 a 2014, que é de vinte e dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis euros (22.974.776€) – portanto, aqui há um excedente de três milhões (3.000.000€).

Esta informação não terá a ver com um possível desvio de endividamento, que tem sido cumprido, e que em 31 de dezembro de 2016 era de trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e quatro euros (34.462.164€), logo superior à dívida total. Não queiramos, pois, pôr alguma dúvida sobre a boa reputação financeira do anterior Executivo.



Com a entrada do PSD, em 2005, houve o cuidado de garantir uma trajetória de equilíbrio financeiro, e acima de tudo cumprir os compromissos junto dos fornecedores e de terceiros, como as instituições de crédito, criando condições de sustentabilidade das finanças locais. Ao longo dos últimos anos, os Marcoenses ouviram que a sua terra recuperou a credibilidade financeira e que está entre os primeiros municípios, dos trezentos e oito, com excelentes rácios de *performance* financeira e de gestão, e julgo que também é intenção do atual Executivo manter este rácio. Foi com essa rigorosa gestão do dinheiro público que permitiu equilibrar as contas do município, e que fosse aprovado neste órgão, em finais de 2016, a contração de um empréstimo para exclusiva aplicação na liquidação antecipada do empréstimo, no valor de vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil euros (26.253.000€), para pagar o valor que ainda estava em dívida do que foi contratado em 2004, no valor de quarenta e cinco milhões de euros (45.000.000€). Ao longo dos últimos doze anos foram pagos mais de trinta e três milhões de euros (33.000.000€), a uma média de três milhões de euros (3.000.000€) por ano. Isso só foi possível porque o município estava equilibrado financeiramente em 31 de dezembro de 2016, pois caso contrário não seria posto término ao contrato de reequilíbrio financeiro a que este município estava obrigado.

Não nos esqueçamos também do que a cessação do reequilíbrio financeiro possibilitou: libertou os nossos cidadãos e empresas Marcoenses do pagamento das taxas máximas de IMI, IMT e do imposto sobre as empresas (Derrama). No passado, exigiam ao Executivo do PSD que reduzisse o IMI, o IMT, a participação no IRS dos particulares e a Derrama, e assim se procede atualmente. Não nos esqueçamos também que a operação da substituição da dívida permitiu reduzir o valor anual da dívida a pagar, no valor de um milhão e novecentos mil (1.900.000€), permitindo assim a este Executivo efetuar mais investimento. Como vimos na apresentação do Orçamento para 2018, e como veremos no ponto da revisão orçamental, este Executivo dará continuidade a todas as obras programadas e comprometidas pelo PSD.

Em suma, não se presume com este alerta que haja alguma violação de algum preceito legal; trata-se de um alerta. E para nós, Bancada do PSD, a marca do PSD neste município nos mandatos anteriores foi sempre de contas certas, contas sérias.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Pinto, tem a palavra.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público, comunicação social, Marcoenses:

Na minha primeira intervenção nesta Assembleia, queria aproveitar para, em nome pessoal, agradecer a todos os Marcoenses que com o penhor do seu voto confiaram maioritariamente no Partido Socialista e nas suas listas para liderar de forma inédita os destinos do município. Da minha parte, farei tudo para honrar essa confiança.

O alerta precoce de desvios da DGAL de que agora oficialmente tomámos conhecimento, como todos sabemos, diz respeito à prestação de contas de 2016. Ou seja, o que este alerta significa é



que a 31 de dezembro de 2016, o rácio da média da receita corrente do município nos últimos anos não era suficiente para fazer face à dívida total assumida pelo município. Será previsível que em 2017 tal alerta se manterá, pois não terão existido alterações importantes, em termos de grandeza, ao nível da dívida total assumida pelo município e da média da receita corrente que leve a pensar outra coisa. Mas, isso se aferirá aquando da análise nesta Assembleia da prestação de contas de 2017, em abril próximo.

Como sabemos, em boa hora a porta aberta pelo Governo do Dr. António Costa, em sede de Orçamento de Estado, permitiu que o nosso município saísse do plano de reequilíbrio financeiro. Como consequência imediata, foram aprovadas em Assembleia Municipal a baixa das taxas do IMI, da Derrama de IRC, e a baixa da participação municipal no IRS. Estas medidas que em muito beneficiarão a vida dos Marcoenses têm como contraponto a baixa de receita corrente do município de 2018 em diante. É, pois, necessário olhar para a sustentabilidade financeira do município com profundidade e preparar o futuro, para que este não seja uma cópia de algumas más práticas do passado. É urgente que o município encontre forma de equilibrar esta quebra nas receitas correntes. Tal caminho era já apontado a 1 de agosto de 2017, em comunicação a todos facultada para a sessão de hoje, em que o Diretor do Departamento Financeiro, Económico e Social do município alertava para, e cito: *“ponderação cuidada dos benefícios e/ou isenções fiscais futuras”* (fim de citação), e que, volto a citar: *“uma alteração abrupta dos níveis de receita corrente atuais pode colocar em causa a sustentabilidade financeira do Município de Marco de Canaveses e influir negativamente nos indicadores de eficiência financeira”* (fim de citação). Do lado da despesa, eram deixados também alguns alertas, mormente para a, e cito: *“ponderação criteriosa de investimentos cuja execução devia privilegiar a realização da despesa de projetos cofinanciados por fundos comunitários”* (fim de citação).

Assim, a partir do corrente ano de 2018, com a esperada baixa da receita corrente e a diminuição do ritmo de amortização dos empréstimos bancários, em virtude da operação de substituição de dívida realizada em 2017, torna-se premente que o município tome medidas corretoras destes desvios, nomeadamente na receita corrente. Há que melhorar a eficiência na cobrança da receita para que o esforço seja equitativo por todos, nomeadamente em taxas como a dos resíduos sólidos urbanos, em que parece, de anos a esta parte, que só paga quem quer. Há que melhorar os instrumentos regulamentares de cobranças de taxa para que não percamos receita por falta de regulação. Se todos pagarem na justa proporção, custará menos a todos e sairá beneficiado o bem comum em favor dos Marcoenses. Podemos sempre tapar os ouvidos e/ou empurrar com a barriga para a frente, mas estejamos todos certos de que o problema não só não desaparecerá, como tenderá a tornar-se de difícil controlo.

Coragem política, sim, a este Executivo, Sra. Presidente, pede-se coragem. É preciso fazer o trabalho que não foi feito no período pós-saída do plano de reequilíbrio financeiro. Os desafios são grandes, e a herança não é com certeza o apregoado mar de rosas, mas estou certo que este Executivo liderado por si, Sra. Presidente, será capaz de dar uma resposta capaz aos desafios que tem pela frente.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava a palavra à Sra. Presidente, para a eventualidade de querer prestar algum esclarecimento.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar só uma pequena nota em relação àquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Estela. Como disse, e muito bem, na sua parte inicial da intervenção, isto é quase um alerta automático da DGAL. Por isso, sendo um alerta automático da DGAL que foi dado a conhecer ao Executivo, mas também à Assembleia Municipal, não sei, sinceramente, porque conduziu a sua intervenção para depois levar isto para uma reputação financeira, ou para não atingir a reputação financeira do anterior Executivo. Completamente desnecessária, permita-me que lhe diga, porque essa não era a nossa pretensão. Isto é um alerta da DGAL, não é do Executivo, e acho que não é por aí que devemos ir.

Mas, também dar-lhe nota do seguinte: nós não vamos esquecer, de facto, que o município saiu do plano de reequilíbrio financeiro, e eu agradeço a intervenção do deputado Nuno Pinto para nos lembrar que, de facto, hoje a Câmara Municipal, a partir de 2018, terá menos cerca de um milhão e meio (1.500.000€) de receitas por força da descida do IMI, da Derrama e das receitas correntes. E por isso, temos que, de facto, ter algumas medidas para poder fazer face à baixa da receita corrente. Temos que otimizar os processos de cobrança e execução fiscal, temos que fazer a revisão do código regulamentar e das taxas, que aqui foi dito, e muito bem, nomeadamente para adaptar ao Licenciamento Zero, que nunca foi finalizado pelo anterior Executivo, e faz com que determinadas áreas não estejam a ser devidamente taxadas – e eu dou o exemplo da publicidade – temos que ter medidas para o controlo da dívida, nomeadamente a maximização da participação do município em projetos com comparticipação comunitária, através da CIM, AMBT, da Rota do Românico e outros projetos que podem vir a ser também fonte de financiamento para os nossos projetos da Câmara Municipal. Também temos esta proposta que vai ser votada, da criação da Divisão de Contratação e Aprovisionamento, que no nosso entender, vai maximizar o controlo legal, mas também financeiro dos processos de contratação, entendemos nós, até com o aprovisionamento também. E por isso, dizer-vos que nós estamos preocupados – embora o alerta precoce dos desvios da DGAL não seja propriamente um alerta com que tenhamos que ficar todos muito preocupados, mas nós, como queremos fazer uma gestão responsável, temos isto em cima da mesa e vamos adotar medidas para que, de facto, o município esteja sustentavelmente bem nas suas contas nos próximos anos.

E já agora, Sra. Deputada, dizer que nós não nos esquecemos o que nos possibilitou a saída do plano de reequilíbrio financeiro. Tanto não nos esquecemos que em campanha eleitoral fizemos questão de agradecer ao Primeiro Ministro de Portugal, com a nossa lona, lá ao fundo da ponte, que dizia “Obrigado, António Costa”.

Muito obrigada.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, é só para verificar se não há aqui nenhum engano, porque consultando os documentos que nos foram distribuídos a todos nós, deputados municipais, aqui o Sr. Deputado



do PS, que veio aqui, falou sobre que o Diretor do Departamento Financeiro, no seu despacho, ou na sua argumentação, deixou os alertas, mas nós não sabemos a que é que se está a referir, se tem informação privilegiada, porque nós não a recebemos. E gostaríamos de solicitar ao Sr. Presidente, não sei, mas que dê essa informação.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Nuno Pinto, tenha paciência, leia, por favor, então, para esclarecer o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Sr. Presidente, dispensando os cumprimentos, realmente, para estas coisas eu não sirvo muito. Isso está na pág. 5. Está na pág. 5, taxativamente, apenas transcrevi o que está aqui. Leia com atenção. Não importa a data em que é feito, a data é 1 de agosto, o período remete atrás, ao período anterior. Se não analisou bem, tem que analisar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Passamos ao **Ponto n.º 3.6**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação do Regulamento do Concurso Nova Identidade do Município do Marco de Canaveses.

Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar nota do seguinte: com o presente regulamento, pretende-se regulamentar os termos e as condições da participação no concurso de ideias do qual resultará a nova imagem gráfica do Município do Marco de Canaveses, através de um processo participativo e aberto a toda a comunidade. Conforme informação enviada, pretende-se que esta atualização da identificação do Marco de Canaveses acompanhe a evolução dos tempos e veja refletido o dinamismo do concelho, mas também aquilo que é o conjunto da sua história, da geografia e do património. Após a aprovação da proposta em Reunião de Câmara em 29 de dezembro de 2017, esta proposta de regulamento foi publicada em Diário da República, esteve em discussão pública durante trinta dias, não houve qualquer proposta de alteração ou reclamação, pelo que se propõe a aprovação da proposta da Câmara para dar início ao concurso.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sobre este ponto, estão abertas as inscrições para a eventualidade de alguém se querer inscrever. Sr. Deputado Bruno Caetano. Não há mais inscrições. Sr. Deputado Bruno Caetano, tem a palavra, por favor.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa tarde novamente.



Relativamente a este ponto, do regulamento para a criação de uma nova identidade para o município, eu acho que isto é demasiado importante, nós criamos uma marca definitiva que nos possa identificar a todos nós relativamente à marca “Marco de Canaveses”. Mas, eu também queria perguntar aqui à Sra. Presidente se desta vez vamos ter um concurso sério e com finalidade, ou se vamos outra vez andar a brincar com a disponibilidade que algumas das nossas pessoas, que disponibilizaram tempo para a produção deste tipo de ferramentas anteriormente, que depois não viram qualquer resolução deste processo, ou se irá decorrer da forma como está regulamentado e com a conclusão final, que eu acho que deve enaltecer o nosso concelho.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, tem a palavra para responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia, dar nota de que o concurso vai decorrer exatamente como está no regulamento que esteve em discussão pública, e que hoje aqui espero que seja aprovado.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Vamos passar ao **Ponto n.º 3.7** da ordem de trabalhos, que é o seguinte: Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. Tomada de conhecimento.

Ora, quem se quer inscrever para falar a propósito desta questão?

Uma vez que não há ninguém inscrito para falar sobre o Ponto n.º 3.7, vamos passar ao **Ponto n.º 3.8**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da proposta de Organização dos Serviços Municipais – Moldura Organizacional – 1.ª alteração; Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica Flexível – 1.ª alteração; Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Marco de Canaveses – 1.ª alteração; 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2018 (art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho).

Atendendo à complexidade deste ponto, eu sugeria à Sra. Presidente que prestasse esclarecimento sobre a questão.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A presente proposta de organização dos serviços municipais, aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de dia 9 de fevereiro último, e enviada a esta Assembleia, tem subjacente duas alterações. A primeira alteração é a criação da unidade orgânica de Divisão de Contratação e Aprovisionamento, que não está integrada em nenhuma unidade orgânica nuclear (ou seja, em departamentos), e que ficará sob a dependência da Sra. Presidente, à imagem do que acontece



atualmente com a Divisão dos Assuntos Jurídicos e Fiscalização. Tem como princípios a concentração e especialização numa única unidade orgânica das matérias de contratação pública e do aprovisionamento, neste momento dispersas em diferentes divisões e secções. Com a criação desta Divisão, pretende-se melhorar a resposta às exigências do novo Código dos Contratos Públicos e da contratação pública feita pelo município, prevendo-se que a especialização traga benefícios, quer na qualidade da contratação, quer também na concentração que esta permita em escala no aprovisionamento e na gestão de fornecedores. Além de implicar a transferência da secção de aprovisionamento e a gestão de armazém, a unidade terá como recursos humanos um jurista, um engenheiro civil, assim como pessoal administrativo, trabalhadores já existentes no Quadro de Pessoal do município.

A outra alteração, que será a segunda, prende-se com a transferência do pessoal da área da informática para um Gabinete de Informática. Não será integrado também em nenhuma unidade orgânica nuclear, respondendo diretamente à presidência, uma vez que é uma área prioritária no dia a dia do município e é transversal ao funcionamento dos serviços.

São estas as duas propostas que hoje estão em cima da mesa para discussão.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, quem pretende inscrever-se para abordar esta questão? Uma vez que ninguém pretende inscrever-se, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos, de seguida, para o **Ponto n.º 3.9**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da composição do Conselho de Educação do Marco de Canaveses para o quadriénio 2017/2021.

Sra. Presidente, pode fazer o favor de usar da palavra, caso o entenda.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Já agora, dar esta nota, que na redação falta aqui a palavra “municipal”, porque é “Conselho Municipal de Educação”.

De facto, o Conselho Municipal de Educação, de acordo com o art.º 5.º do Regimento do Conselho, foi aprovado em 29 de janeiro de 2016, os membros deste Conselho são eleitos ou designados pelo período correspondente ao mandato autárquico, pelo que se torna assim necessário proceder, no fundo, à designação dos membros que integram o Conselho Municipal de Educação, cumprindo desta forma o que está no n.º 1 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro. No fundo, as pessoas que cá estavam findaram com o mandato autárquico, e agora temos que eleger outras pessoas, algumas delas já foram designadas eleitas. No fundo, o que está hoje aqui em causa é a constituição do Conselho Municipal de Educação, e decorre da Lei também.



Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Como não há inscrições, passamos de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passando agora ao **Ponto n.º 3.10**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o Ano Económico de 2018.

Tem a palavra a Sra. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Esta é a primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de 2018. Dar conta de que esta maior flexibilização na utilização do saldo de gerência, permitida em sede da Lei do Orçamento de Estado, em 2018, abriu a possibilidade de este saldo ser incorporado na execução orçamental em momento anterior ao da aprovação dos documentos da prestação de contas, o que não era habitual – agora pode ser em fevereiro, antes era só em abril. Assim, é-nos apresentada a proposta de revisão do Orçamento, que se traduz na inclusão de dez milhões e trinta e um mil euros (10.031.000€) na receita, e inclusão de um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil euros (1.355.000€) referentes às operações de tesouraria nas operações extraorçamentais.

Do lado da despesa corrente, esta proposta de revisão permite incorporar a despesa diferida e o reforço de outras rubricas que irão assegurar o normal funcionamento da autarquia. Assim, estão contemplados nesta revisão diversos reforços de dotação em rubricas de despesa corrente, tais como combustíveis, lubrificantes, eletricidade, outros trabalhos especializados e outras prestações de serviços, transferências para as freguesias – como aqueles acordos de execução que temos também e os contratos interadministrativos – limpeza e higiene (com a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos), transportes escolares, outros bens necessários para a atividade municipal e para obras por administração direta, e transferências para as instituições sem fins lucrativos do concelho.

Do lado da despesa de capital, esta proposta de revisão permite incorporar a despesa diferida e o reforço de outras rubricas de investimento do município. Assim, estão contemplados nesta revisão diversos reforços de dotação em rubricas de despesa de capital, tais como administração geral, habitação, ordenamento do território, saneamento, transportes rodoviários e turismo. Com esta presente revisão que está aqui a ser hoje apresentada e discutida convosco, o Orçamento global previsto atinge o valor de trinta e seis milhões, novecentos e setenta mil, cento e sessenta e nove euros (36.970.169€).

Em termos da regra do equilíbrio orçamental, conforme nos é exigido no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, devido à cautela usada na orçamentação, verifica-se um desvio negativo de cerca de cinco por cento (5%) das receitas correntes totais, desvio esse que será



obrigatoriamente compensado no exercício económico de 2018 através da execução orçamental. Assim, a regra de equilíbrio orçamental encontra-se garantida na presente revisão.

Por fim, destaco algumas das rubricas orçamentais – ou GOP (Grandes Opções do Plano) – que foram criadas ou reforçadas, tais como a rubrica da aquisição de parque de estacionamento, na rubrica que foi aumentada com cinquenta mil euros (50.000€); a rubrica do Marco Habita Social, que foi aumentada com mais vinte e quatro mil e novecentos euros (24.900€); a rubrica do Marco Habita Social, obras por empreitada, mais vinte e quatro mil e novecentos euros (24.900€); o Marco Habita Jovem, com mais doze mil e quatrocentos euros (12.400€); a reabilitação da zona envolvente do edifício dos Paços do Concelho, a reabilitação do Jardim Carvalho e Mello, a reabilitação da Avenida Prof. Doutor Carlos Mota Pinto e o Museu Municipal Cármen Miranda, todos estes projetos do PARU, que tiveram também que ser reforçados com aumento de rubrica. Também um reforço de rubrica em cinquenta mil euros (50.000€) para as Festas do Marco, aquisição de serviços; um reforço de rubrica, de vinte e sete mil, cento e oitenta e quatro euros (27.184€) para a Bienal da Pedra; um reforço de três mil euros (3.000€) para o apoio à produção agropecuária; um aumento da rubrica da Feira Agrícola, uma feira agrícola prevista, no valor de seis mil euros (6.000€); um reforço na rubrica do Marco Investe, aquisição de serviços especializados, em vinte e cinco mil euros (25.000€); os trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), que também foi uma rubrica que foi reforçada, do investimento de que há bocado falávamos, de proximidade às freguesias; a linha de apoio ao turismo acessível, com cento e noventa mil, setecentos e quarenta e sete euros (190.747€); o projeto Douro Verde Experience, com oito mil e novecentos euros (8.900€), entre outras rubricas que aqui também temos, que tiveram que ser aumentadas de dotação com esta modificação orçamental.

Era tudo, Sr. Presidente. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, está à discussão este ponto da ordem de trabalhos. Quem pretende inscrever-se para abordar o assunto? Sr. Deputado Luís Vales, Sr. Deputado Nuno Pinto. Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Vales, por favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal, comunicação social, Marcoenses.

Eu penso que antes de começar a minha intervenção, devo aqui um pedido de desculpas ao deputado Nuno Pinto. De facto, errei, não vi que estava vertido na documentação o que realmente estava, e portanto, peço-lhe desculpas. Acho que deve ser assim, e portanto, aqui está o meu pedido.

Mas, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, com a aprovação desta revisão, e com a entrada do saldo de dez milhões e trinta e dois mil euros (10.032.000€) da gerência do PSD, de 2017, o Orçamento de 2018 passará a ter o montante de trinta e seis milhões, novecentos e setenta mil euros (36.970.000€). Na gestão dos recursos financeiros, o Executivo do PSD conseguiu promover um investimento necessário e programado, cumprir as obrigações para com os trabalhadores, fornecedores, parceiros institucionais, em especial os que desenvolvem a sua atividade nos setores sociais. Quem ouviu aqui a Sra. Presidente há



pouco, parece que foi o Dr. António Costa que esteve aqui a governar estes anos todos, porque senão não teria havido o término do plano de reequilíbrio financeiro. Mas, de facto, o Dr. António Costa não esteve cá; limitou-se a abrir a possibilidade de nós sairmos. Mas, só saímos do plano de reequilíbrio financeiro porque houve um grande esforço dos Marcoenses, e não foi de uma pessoa, como o atual Sr. Primeiro Ministro, foi dos Marcoenses, que durante estes últimos anos tiveram que pagar taxas máximas, que tiveram que fazer os seus sacrifícios, com menos algum, para que pudéssemos, de facto, sair deste plano de reequilíbrio financeiro, e naturalmente com umas contas certas por que este Executivo sempre se pautou.

Por outro lado, e dispondo o município de recursos financeiros que amealhou desde 2005, faz todo o sentido utilizar parte desses recursos para fechar o enorme programa de pavimentação de vias que se promoveu ao longo destes anos, cumprindo, por outro lado, os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia, com a população e com as famílias Marcoenses. Ao contrário do que por vezes se tenta passar sobre a herança do anterior Executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses não se pode queixar; tem ao seu dispor dez milhões de euros (10.000.000€). Dez milhões de euros (10.000.000€). E foi esta a herança que recebeu: uma Câmara que sempre honrou os seus compromissos, e que mesmo assim lhe deixa dez milhões de euros (10.000.000€) para gastar. E portanto, é uma boa notícia para todos nós, Marcoenses.

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente da Câmara, caros colegas, Marcoenses:

Com a mudança efetuada ao longo destes anos, atingimos o saldo de dez milhões de euros (10.000.000€), como disse há pouco, e este Executivo tem reforçada a capacidade em dar continuidade ao trabalho que vinha a ser desenvolvido pelo Executivo liderado pelo PSD, nomeadamente: no PARU – Plano de Ação e Regeneração Urbana, projetos que ficaram prontos para ser executada a obra, e com financiamento comunitário aprovado, na ordem de cinco milhões de euros (5.000.000€). E aqui falo da requalificação dos arruamentos desde os Bombeiros Voluntários, incluindo a reabilitação do espaço envolvente à Câmara Municipal, construção do novo Centro Cultural do Marco, construção do novo Museu Municipal Cármen Miranda, reabilitação do Jardim Municipal, reabilitação da Avenida Prof. Doutor Carlos Mota Pinto. Ou seja, o PARU, projetos que ficaram prontos para ser executados, a obra para ser executada, e com financiamento comunitário previamente aprovado, na ordem de cinco milhões de euros (5.000.000€), para além de um investimento em saneamento, de mais de um milhão de euros (1.000.000€) que ficou projetado, o Parque Urbano da cidade, Parque de Lazer de Montedeiras, parques infantis, fachada do Estádio Municipal de Alpendorada, reabilitação das escolas, entre muitos outros que também estão aqui na herança que lhe deixámos. Parque de estacionamento de Rio de Galinhas, também entre outros.

O Executivo liderado pelo PSD tomou a liberdade de reduzir o esforço fiscal aos nossos municípios Marcoenses e às nossas empresas, antes de terminar funções. Como já os Marcoenses estão a sentir ao receber as cartas para pagar o IMI, desde o início deste ano, houve uma assinalável redução deste imposto. Mas, também existiram diminuições na Derrama, e também no IRS, o que irá permitir atrair investimento para a nossa terra, e gerar postos de trabalho que tanta falta fazem ao Marco de Canaveses. Mas, como o PSD é um Partido responsável, é verdade que renegociou a dívida da autarquia, permitindo uma poupança de um



ponto nove milhões de euros (1.900.000€) que a Sra. Presidente pode agora utilizar para compensar a descida destes impostos.

O atual Executivo do PS herdou bem mais do que os dez milhões de euros (10.000.000€) que o PSD deixou no cofre; tem também obras adjudicadas, como aquelas que eu referi, como por exemplo, o parque de estacionamento de Rio de Galinhas e muitas pavimentações que estão a ocorrer agora, assim como financiamento comunitário garantido para os grandes investimentos que já referi.

Sra. Presidente, deixo, no entanto, aqui algumas questões. O projeto de requalificação da zona industrial de Tuías, aqui na Freguesia do Marco, foi deixado concluído pelo anterior Executivo. Vai efetuar lá alguma intervenção? Porque, infelizmente, apenas constatamos a construção da nova zona industrial de Constance, e a sua necessidade é uma realidade, e fazia parte da promessa eleitoral de ambos os Partidos. Mas, não se terá esquecido do Baixo Concelho, com a construção de uma nova área de acolhimento, também em Moirinte? Onde está o apoio às nossas empresas, que precisam de melhores condições na zona industrial existente?

Também para alguém que fazia da ação social bandeira, vemos que reforçou aqui algumas rubricas, mas achávamos que iriam reforçar com mais dinheiro estas rubricas, uma vez que fazia ferozes críticas no mandato passado ao Presidente da Câmara anterior. E por isso, nós também desejávamos que estes valores agora fossem bem mais elevados, dado o maior número de Marcoenses que precisa de ajuda e de apoio.

Deixo, finalmente, um alerta e uma recomendação do Partido Social Democrata: com este reforço de dez milhões de euros (10.000.000€), o atual Executivo do Partido Socialista deve primar pela distribuição equilibrada das receitas pelas freguesias, em fazer obras de proximidade, em harmonia com as decisões das Juntas de Freguesia, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das suas populações e promover desta forma a coesão territorial, sob pena de se poderem vir a gerar desequilíbrios.

Sra. Presidente, o PSD orgulha-se muito da herança que lhe deixou, somos à data de hoje uma Câmara de contas certas, rigorosas e sustentáveis, e esperamos sinceramente que aproveite esta boa herança e que a invista a bem da população, a bem dos Marcoenses.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Sr. Presidente, dispensando os cumprimentos.

Antes de ir aqui ao arrazoado que escrevi, é evidente que as desculpas são aceites, errar todos erramos, é óbvio, mas às vezes o afã de querer fazer as coisas depressa e levantar suspeitas, que eu ainda estou a pensar que tipo de suspeitas serão, coloca a pessoa em si em questão. Por isso, devemos ter o cuidado de analisar os documentos antes de fazer uma afirmação dessas aqui, perante todos os que estamos aqui, perante os que nos estão a ver, e pôr as pessoas em questão. Mas, é evidente que errar, todos erramos.



Antes de voltar aqui também ao arrazoado, já foi aqui dito tantas vezes, tantas vezes, que eu vou ter que improvisar aqui uma coisa, que eu pensei que nem viesse, sinceramente, à discussão, porque teimar em dizer que o Executivo anterior, com o saldo de gerência, deixou dez milhões de euros (10.000.000€) para se gastar, só há duas coisas: ou é má fé, ou não se percebe muito de finanças públicas. Não deixou, as pessoas que estão a ouvir têm que saber que aqueles dez milhões (10.000.000€) que estão, grande parte – agora não consigo quantificar o número, porque não tenho aqui os documentos – está adstrita a determinadas despesas de funcionamento. Os Srs. Presidentes de Junta não receberiam as transferências a que têm direito, dos contratos interadministrativos e acordos de execução, se não fosse esse saldo de gerência. A Câmara não poderia fazer despesa de capital, para fazer obras aqui ou acolá, se não fosse esse saldo de gerência, não podia pagar prestações de serviços se não fosse esse saldo de gerência. Esse saldo de gerência não é para nova despesa. Lançar-se a ideia aqui na Assembleia, e para os Marcoenses, de que o Executivo anterior deixou dez milhões de euros (10.000.000€) para se gastar, é preciso muito cuidado com essa afirmação. Deixou? Deixou, mas se o Executivo não cumprir os compromissos, a Câmara, em termos de funcionamento, para. Se é isso que os senhores querem, muito bem.

É fácil para quem de uma forma direta ou indireta contribuiu para a mudança eleitoral no Marco de Canaveses rapidamente perceber que tanto o Orçamento aprovado em dezembro último, como esta proposta de revisão que agora discutimos, não são mais do que instrumentos financeiros com rigor, mas que de entre algumas novidades, explanam, em parte, o normal processo de transição política. A mim, como à maioria dos Marcoenses, e ao contrário de outros, pouco interessa a cor das folhas do documento técnico, o tipo de letra e os logotipos usados, ou as coincidências linguísticas. Mais importante do que isso é, com certeza, o rigor técnico do documento que se apresenta, e as orientações político-financeiras que dele emanam, e essas são de maior consenso que a estética do documento. E disso é exemplo esta revisão que agora nos é apresentada, e que mereceu a aprovação unânime em sede de Reunião de Câmara. Em sede de discussão política, é fácil dizer nesta Assembleia que a diminuição do serviço da dívida permitiu reforçar a capacidade de investimento do município em quase dois milhões de euros (2.000.000€), é fácil, mas infelizmente não é verdade. A correspondente diminuição de impostos como o IMI, a Derrama de IRC ou a participação municipal no IRS andam em sentido contrário ao da diminuição do serviço da dívida, restando residualmente muito menos do que isso em nova capacidade de investimento para o município.

Mas, em sede de discussão política, como na vida, é sempre melhor dizer a verdade, e a verdade é que este Executivo liderado pela Sra. Presidente cumpriu a palavra dada, por exemplo, aos Srs. Presidentes de Junta, pois na mesma reunião de Assembleia em que se aprova a denúncia dos contratos interadministrativos para investimentos por delegação de competências, é incluída nesta revisão orçamental uma verba de igual valor – no caso, de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) – para distribuir da mesma forma equitativa pelas freguesias. A verdade é que este Executivo cumpriu a palavra nas áreas da habitação, turismo, empreendedorismo, iniciando investimentos em projetos como o Marco Habita Social, Marco Habita Jovem, Marco Investe, e Turismo Acessível. A verdade é que este Executivo cumpriu a palavra, por exemplo, reforçando as verbas para o apoio a mais associações que desenvolvem a formação desportiva dos nossos jovens. A verdade é que este Executivo cumpre também a palavra quando honra os compromissos assumidos pelo anterior Executivo, mesmo quando porventura possa não concordar inteiramente com eles.



Sra. Presidente, sabemos que o caminho não é fácil, e existem desafios enormes que os Marcoenses anseiam ver ultrapassados, mas estou certo que com esta linha de proximidade, de falar verdade e empenho, não existirão obstáculos que não possam ser ultrapassados. Que o documento que hoje apreciamos seja apenas mais um instrumento de transição para a verdadeira estratégia diferenciadora que todos ansiamos para o Marco de Canaveses.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito bem, algumas das coisas que eu iria ter que dizer, agradeço ao deputado Nuno Pinto porque já as transmitiu. Aliás, até acho que o fez melhor do que eu, por isso não vou insistir no assunto.

Só dar nota do seguinte, ao Sr. Deputado Luís Vales: nós não vamos andar o mandato todo a dizer quem é que teve os louros em tirar o Município do Marco de Canaveses – neste caso, a Câmara – do plano de reequilíbrio financeiro, isto para concluir o assunto. De facto, a gestão da Câmara Municipal assim o permitiu, mas também a Câmara poderia ter tido uma gestão muito boa, mas é verdade que se não fosse o Sr. Primeiro Ministro António Costa, e o Governo de Portugal, na Lei do Orçamento de Estado, permitir que as autarquias o fizessem, nós hoje, infelizmente, se calhar não teríamos saído. Felizmente saímos do plano de reequilíbrio financeiro. Por isso, acho que este assunto fica encerrado, para não podermos protelar esta conversa para outras reuniões futuras.

Só dar-lhe nota de uma questão que aqui disse, e que não corresponde relativamente à verdade, que tem a ver com os projetos PARU, quando disse que o anterior Executivo aqui deixou ficar os projetos PARU aprovados. Não é verdade; dos cinco milhões de euros (5.000.000€) que aqui estão a ser apresentados hoje, apenas um dos projetos estava aprovado, que era o Cineteatro, ou o Centro Cultural do Marco. Os outros quatro não estavam sequer terminados, e estavam ainda em discussão. Reunimos com os serviços técnicos da Câmara Municipal e com as empresas que estavam a realizar os projetos, e conseguimos terminá-los até à data prevista, que era 29 de dezembro, para metê-los na plataforma eletrónica, para que hoje possamos ter estes cinco projetos, de facto, para podermos fazer os projetos que aqui estão definidos, nomeadamente a reabilitação da Avenida Prof. Doutor Carlos Mota Pinto, a reabilitação do Jardim Carvalho e Mello, a reabilitação da zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho. E por isso, dar-lhe nota disso. E mais, tanto não estavam que se estivessem, e se tivessem sido apresentados em julho, tínhamos tido sete e meio por cento (7,5%) a mais do acelerador económico. E por isso, não o fizemos, não os tínhamos prontos, perdemos sete e meio por cento (7,5%) e chegámos aqui em outubro, e tínhamos apenas um projeto feito.

Dizer-lhe também mais, em relação à área empresarial: eu fiz uma intervenção no período de antes da ordem do dia, que creio que o Sr. Deputado não ouviu, porque o que eu disse foi que



nós estávamos a preparar-nos para podermos fazer um investimento na área empresarial de Constance, na nova área empresarial de Constance, mas também disse que este Executivo tinha uma preocupação com as áreas empresariais, nomeadamente a do Marco e de Alpendorada. O que não disse, mas que também era previsível que o senhor soubesse, era que, de facto, houve uma candidatura do anterior Executivo à zona industrial, da CIM, mas que foi chumbada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, evitem este tipo de troca de conversas, porque, naturalmente, dificulta os trabalhos da Assembleia. Obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Entre dizer que havia uma candidatura do município à zona industrial do Marco, que foi chumbada, ou dizer que havia uma candidatura do município, que estava integrada com outros municípios, e que foi chumbada, o que importa é que, de facto, houve uma candidatura que foi apresentada pelo Município do Marco, em conjunto com outros municípios, à Comunidade Intermunicipal, e que foi chumbada, não houve financiamento. O que estamos agora é a estudar um financiamento para a zona industrial de Constance, para o novo centro empresarial de Constance, e também o disse, e volto a dizê-lo, que temos uma preocupação com a área empresarial de Alpendorada, já existente, e também com a do Marco.

Era só. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vamos passar à votação do Ponto n.º 3.10 da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, eu peço a vossa atenção para este último ponto da ordem de trabalhos. Srs. Deputados, o **Ponto n.º 3.11** da ordem de trabalhos tem a ver com a adesão desta Assembleia Municipal à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).

Houve entendimento no sentido de que a Assembleia devia aderir. Nós precisamos do acordo da Câmara Municipal. Por isso, o que se vota neste ponto da ordem de trabalhos é a apreciação e deliberação de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). Não sei se estão esclarecidos.

Está aberta a discussão, se alguém se quiser inscrever, faça favor. Sr. Deputado, faça favor.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, Sra. Presidente da Câmara, eu lamento, mas eu penso que a Associação Nacional de Municípios Portugueses integra já as Assembleias Municipais. Isto é uma associação de direito privado. Eu gostava de ter algum esclarecimento sobre isto, até porque o município irá ter que transferir todos os anos o valor de mil, setecentos e cinquenta euros (1.750€). Não sei, gostava de ter mais informação sobre esta questão do que aquela que está aqui vertida.



Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Monteiro da Rocha, faça favor.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre este assunto, eu, pessoalmente, acho muito bem que se crie uma associação das Assembleias Municipais, porque o histórico disto tudo leva-nos a crer que o que se passa é que nos municípios há uma relevância excessiva dos elementos da Câmara, que é o que se tem verificado na Associação Nacional de Municípios, que é uma Associação Nacional de Municípios integrada com o Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia e um elemento das Juntas de Freguesia, mas na realidade, quem domina aquilo são, efetivamente, os Presidentes de Câmara.

Houve, no princípio dos anos dois mil, um movimento de reação a isto, em que as Assembleias Municipais estavam absolutamente minorizadas, e que foi o movimento de reabilitação e da dignificação das Assembleias Municipais, que nem tinham orçamento, nem tinham espaço, não tinham absolutamente nada, eram órgãos municipais com muita dignidade formal, mas que os Presidentes, para assinar as convocatórias, era no vão de escada. Portanto, isso foi uma reação das Assembleias Municipais do Distrito do Porto, e eu queria lembrar que nessa altura foi o Marco que teve um papel preponderante, teve também Valongo, e teve um homem que faleceu há pouco tempo, que era o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, o Sr. Meneses de Figueiredo. E portanto, na altura, criámos um grupo que reagiu contra isto tudo, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, em Vilamoura, quase que nos batiam, mas depois, efetivamente, “água mole em pedra dura tanto dá até que fura”, acabou por isso vingar na Lei n.º 5-A/2002, em que as nossas reivindicações foram efetivamente lá metidas.

Portanto, muito concretamente, por um princípio de dignificação das Assembleias Municipais, dado que a Associação Nacional de Municípios tem sido unilateral, as Assembleias Municipais devem, efetivamente, ter a sua associação própria para que lutem pelos seus interesses, porque a Associação Nacional de Municípios, infelizmente, só tem pensado nos Presidentes de Câmara, e não pensa nos outros órgãos municipais, pelo menos não pensava nos tempos em que eu por lá andei, e foram, efetivamente, largos anos. Eu, sem estar na origem agora desta nova associação, eu saúdo o seu aparecimento, e espero que seja um elemento que continue a dignificação que nos anos dois mil efetivamente se começou, para a dignificação das Assembleias Municipais.

Portanto, o meu voto será “sim”, e é um “sim” caloroso para que, efetivamente, as Assembleias Municipais tenham a sua representação adequada, e não sejam tão minorizadas como foram em tempos, e continuam, efetivamente, a ser, porque uma coisa é ter muito poder formal, e na prática não ter nenhum, assemelhando-se um pouco àquilo que se verificava no tempo do feudalismo, em que o rei era o suserano dos suseranos, mas quem mandava eram os duques. E portanto, meus senhores, no sentido de que assim não seja, ainda bem que vem uma Associação das Assembleias Municipais.



Muito obrigado, Srs. Deputados. É esta a minha opinião, naquilo que possa interessar, realmente, aos outros Srs. Deputados, e contribuir eventualmente para algum sentido de voto dos mesmos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Vales, depois deste esclarecimento do Sr. Deputado Monteiro da Rocha, o que lhe diria como resposta à interpelação que me fez seria menos perfeito, menos correto se calhar do que aquilo que lhe foi transmitido pelo deputado, Dr. Monteiro da Rocha. Mesmo assim, fica à sua consideração assumir-se esclarecido quanto à virtualidade desta adesão. Está esclarecido? Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu proponho, então, à votação – que vai ser uma votação provisória, porque a questão vai ter que ser depois aprovada em Câmara Municipal – o Ponto n.º 3.11 da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). Quem vota contra? Quem se abstém? Ora, o ponto foi aprovado, com vinte e seis (26) votos a favor, e dez (10) abstenções.

Sra. Secretária, faça favor.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Para aprovação em minuta:

Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra? Alguém se abstém?

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da denuncia dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém?

Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação do Regulamento do Concurso Nova Identidade do Município do Marco de Canaveses. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém?

Ponto n.º 3.8, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da Proposta de Organização dos Serviços Municipais – Moldura Organizacional – 1.ª alteração; Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica Flexível – 1.ª Alteração; Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Marco de Canaveses – 1.ª alteração; 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2018. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém?



Ponto n.º 3.9, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da composição do Conselho Municipal de Educação do Marco de Canaveses para o quadriénio 2017/2021. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém?

Ponto n.º 3.10, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o Ano Económico 2018. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém?

E finalmente, Ponto n.º 3.11, Apreciação e deliberação de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). Foi aprovado por maioria, com vinte e seis (26) votos a favor, e dez (10) abstenções. Alguém vota contra ou se abstém?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa compreensão e pela vossa presença. E votos de um bom fim de semana.

Obrigado.